

O cálculo do índice de Gini para a RMS, no período 1987/89 aponta um valor de 0,58, significando um alto grau de concentração da renda semelhante àquele registrado por SÁBIOIA para o Brasil em 1987 de 0,59. Uma desagregação feita pelo autor para as Regiões Rurais e Urbanas, indica que em 1987 as Regiões urbanas registraram um índice de Gini de 0,576 enquanto que em 1989 esse índice atingiu 0,6.

Um outro cálculo empreendido pelo autor para as 5 regiões do país em 1989, parecem confirmar a observação anterior de que as discrepâncias distributivas podem ser ainda maiores em alguns dos demais estados nordestinos. O índice de Gini calculado para o Nordeste foi de 0,65 contra 0,58 para a RMS registrado nesse estudo. (é digno notar que o índice de Gini aqui calculado foi com base em dados que abrangem o período 1987/89, portanto uma parte da divergência aqui registrada poderia ser atribuída a essa diferença temporal).

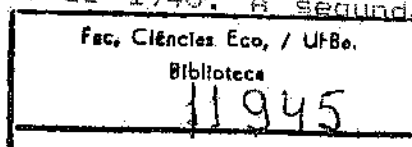
6.3) Política de Salário Mínimo e as implicações sobre os Rendimentos Médios: algumas contribuições usando o exemplo da RMS

#### 6.3.1) A discussão do Problema para o Brasil

Em 10 de maio de 1940, mediante Decreto Lei 2.162, foi instituído o salário mínimo no Brasil, estabelecendo-se 14 valores distintos a depender das regiões brasileiras. Para cada uma dessas regiões, foi institucionalizado o valor mais frequente das remunerações mais baixas pesquisadas. Progressivamente o salário mínimo foi sendo unificado entre as diversas regiões geográficas, chegando a um único valor em 1984.

Estudo do DIEESE<sup>62</sup> constata a evolução do salário mínimo em três fases distintas nos últimos 50 anos. A primeira fase é aquela da sua consolidação e compreende o período que vai de 1940 até 1951. Durante esse tempo, o poder aquisitivo do salário mínimo representou, em média, 63% do de julho de 1940. A segunda fase é

62 DIEESE, O Salário Mínimo, Pesquisa DIEESE, abr/92, p.7.



aquela da recuperação do salário mínimo e vai de 1952 a 1964 onde seu valor real foi, em média, 4% superior a julho/40. Finalmente a terceira fase, é aquela da restrição do salário mínimo que correspondeu, em média, a 51% do seu poder aquisitivo de 1940 e refere-se ao período de 1965 a 1991.

Data da década de 60 a efervescência dos debates entre estudiosos sobre a influência do salário mínimo na formação dos rendimentos em geral da economia brasileira e particularmente nas suas camadas inferiores de renda, coincidindo, portanto, com o declínio do seu valor real. As vertentes de análise que se abriram com essa problemática colocou e coloca até hoje em discussão a relevância da política de salário mínimo como instrumento a ser utilizado para amenizar a concentração pessoal da renda no país<sup>63</sup>. Desse modo, ainda que não se pretenda fazer uma resenha do tema, é importante comentar brevemente as controvérsias existentes na literatura brasileira para em seguida realizar um exercício para o caso da Região Metropolitana de Salvador.

As controvérsias podem ser sintetizadas em duas concepções teóricas distintas e até antagônicas de enxergar o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, aqui representadas respectivamente por MACEDO & GARCIA (1978, 1980) e SOUZA e BALTAR (1979, 1980)<sup>64</sup>.

MACEDO & GARCIA ao analisarem a importância do salário mínimo para reduzir a pobreza e o grau de concentração de renda no país concluem que: 1) O salário mínimo não representa a renda monetária mínima da PEA do Brasil, ou seja, existem níveis de remunerações abaixo do mínimo; 2) Devido à pequena proporção de assalariados nos grupos de rendas menores, as tentativas de elevação do nível de renda dos mais

---

<sup>63</sup> Recentemente, no âmbito da Comissão Técnica do Salário Mínimo, essa discussão esteve presente, havendo certo consenso no que diz respeito a uma política de recuperação a médio e longo prazos para o salário mínimo. Essa comissão foi instituída em 04/11/91 pelo Decreto n. 333 e teve como participantes as seguintes instituições: Ministério da Economia, Ministério do Trabalho, DIEESE, FGV, IBGE e FIPE. No seu parecer final a Comissão considerou a política do salário mínimo como instrumento relevante no combate à pobreza e à concentração de renda no país (Relatório Final da Comissão Técnica do Salário Mínimo, Brasília, 1992).

<sup>64</sup> Recentemente, DACCIAMALI, PORTELA E FREITAS (1994) retomam essa discussão.

pobres via uma política de recuperação do salário mínimo é bastante reduzida.

Desse modo, os referidos autores rechaçam alguns trabalhos desenvolvidos sobre a década de 60 a exemplo de HOFFMAN (1973) e FISHLOW (1972), os quais sustentam a hipótese de que a elasticidade dos salários dos trabalhadores não qualificados é igual a 1. Através de estudos empíricos mostram que houve uma valorização real dos diversos estratos de renda enquanto que o salário mínimo teve uma queda real no período. CACCIANALI, PORTELA & FREITAS<sup>65</sup> sintetizam bem as posições de MACEDO & GARCIA. Dizem eles:

*"... a interpretação dos autores acerca do salário mínimo e da determinação dos salários na economia brasileira pode ser sintetizada da seguinte maneira: a fixação do salário mínimo é irrelevante para a determinação dos níveis salariais, em especial dos trabalhadores não qualificados. Isso por três motivos: a) a abrangência do salário mínimo é muito limitada, não englobando aqueles que se situam no patamar inferior da distribuição pessoal da renda; b) se o salário mínimo estiver acima do salário de equilíbrio, as empresas dispensam trabalhadores, que se deslocarão do setor capitalista para o não capitalista, passando a auferir rendas inferiores àquelas do setor capitalista; e c) o salário de subsistência é que determina o piso salarial do setor capitalista. Isso em virtude da existência de um excedente de mão-de-obra no setor não-capitalista, que só aceita trabalhar no setor capitalista caso a remuneração seja maior".*

Tais posições são contestadas por SOUZA e BALTAR (1979, 1980). Os autores buscam demonstrar que apesar do salário mínimo real e da participação dos que recebem salário mínimo na PEA caírem ao longo das décadas de 60 e 70, a fixação deste pelo governo continuou sendo importante na determinação dos salários nos setores formal e informal de trabalho<sup>66</sup>. Contrariamente a MACEDO & GARCIA, defendem

<sup>65</sup> CACCIANALI et alii (1994), p.32.

<sup>66</sup> Os autores consideram setor formal aquelas atividades tipicamente capitalista e informal o contrário.

que o salário-base do setor formal é que determina os rendimentos do setor informal. Nessa ótica, a taxa de salário depende do processo de acumulação de capital, da estrutura produtiva, da composição da demanda e das formas de financiamentos exigidos no processo produtivo<sup>67</sup>. Adicionalmente, os autores resgatam os conflitos distributivos existentes entre os segmentos sociais, já presentes nas tradições teóricas clássica e sobretudo marxista. Tais conflitos são, segundo eles, resolvidos no processo de negociação coletiva e, em última instância, arbitrados pelo Estado através da política de salário mínimo.

Com o fito de demonstrar que o nível geral de salários da economia tem uma relação positiva com o salário mínimo, SOUZA e BALTAR utilizam dados do DIEESE de 1977, acerca da evolução dos trabalhadores não-qualificados na categoria dos metalúrgicos de São Paulo nos anos de 1956 a 1976 e também uma pesquisa do IBGE sobre os salários da construção civil em São Paulo para os anos de 1971 a 1976. De posse desses dados, os autores verificam que existe uma correlação entre os índices de reajustes, concluindo pela importância do salário mínimo na determinação dos salários no setor industrial brasileiro.

O estudo de VELLOSO (1990) trabalha com os dados da PNAD de 1981 a 1986 e tem por finalidade avaliar a influência da política de salário mínimo sobre os rendimentos de trabalhadores não qualificados. Os resultados encontrados pelo autor "tendem a apoiar uma visão eclética a respeito do papel da política do salário mínimo na determinação da taxa de salários, visto que entre os com carteira a elasticidade do salário mínimo real é significativamente diferente de zero, mas bem menor do que a unidade"<sup>68</sup>. Por fim, o autor conclui que a política do salário mínimo tem um certo papel a

---

67 De certa forma, os autores captam um pensamento presente já em Marx quando este preconiza que a absorção da mão-de-obra bem como os salários dependem fundamentalmente do nível geral da acumulação de capital (Marx, O Capital, p. 178)

68 VELLOSO (1990), p. 311.

cumprir apesar de que sua importância deva ser relativizada.

O referido trabalho de CACCIAMALI, PORTELA & FREITAS (1974) retoma o debate inconclusivo - para usar o termo dos autores - e propõe-se a analisar o impacto da política do salário mínimo no Brasil sobre a formação da taxa de salários dos empregados registrados e não registrados da Região Metropolitana de São Paulo durante os anos de 1982 a 1991. Para tanto utilizam as informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da Fundação IBGE.

A divisão nesses duas categorias de análise deve-se, segundo os autores, a dois relevantes fatores a saber: 1) Os assalariados não registrados aumentaram expressivamente sua participação relativa nos mercados de trabalho urbanos nos anos 80 (a part. de trabalhadores sem carteira assinada aumentou no mercado de trabalho urbano brasileiro de 23% para 34% entre 1976 e 1989); 2) O estudo entende que a determinação do emprego e da renda dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados diferem pois os contas-própria estão subordinados ao funcionamento do mercado de bens e serviços, enquanto essas determinações para os Assalariados, inclusive não-registrados, encontram-se centradas no mercado de trabalho.

A fim de mensurar se de fato há uma relação de causalidade entre o salário mínimo e os rendimentos médios das categorias acima referidas, os autores utilizam o teste de Granger<sup>69</sup>. Os resultados dos testes indicaram que existe causalidade, no sentido de Granger, fluindo unidirecionalmente do salário mínimo real para o salário médio real dos empregados com carteira assinada; que o salário mínimo real e salário médio real dos sem carteira assinada são independentes e que existe causalidade instantânea entre o salário médio dos empregados com carteira assinada e aquele dos sem carteira assinada<sup>70</sup>. Esses indicadores possibilitaram a conclusão de que na Região Metropolitana de São Paulo, no período em análise,

69 Consiste num teste proposto pelo autor do mesmo nome e busca avaliar o sentido de causalidade entre as variáveis. Ver detalhes no referido trabalho de CACCIAMALI et alii.

70 CACCIAMALI et alii, op. cit, p.42.

o salário mínimo influenciou o nível do salário médio dos empregados registrados não se podendo afirmar o mesmo para os empregados não registrados.

Esses resultados vão de encontro à outros trabalhos a exemplo de BACHA & TAYLOR (1978) e, de certo modo, consolidam os indícios captados por SOUZA & BALTAR de que o salário mínimo é um dos elementos determinantes da taxa de salário da economia.

### 6.3.2) Uma verificação do problema para a RMS

O objetivo dessa seção é verificar se a política estabelecida para os salários mínimos teve influência relevante sobre os salários médios da RMS. Para tanto, utiliza-se os dados da PED para o período de setembro/87 a agosto/89.

Como já foi ressaltado anteriormente, a PED para a RMS foi uma pesquisa mensal cuja finalidade principal foi a de apurar a taxa mensal de desemprego na região. Contudo, a base de dados gerada por ela é rica e suficiente - além da vantagem de ser bem extensa - para permitir estudos similares ao desenvolvido neste trabalho. Convém ressaltar que o estudo realizado tomou por base todos os 24 meses abrangidos pela pesquisa, não se permitindo a análise de uma série histórica anual, similar àquelas desenvolvidas pelos referidos autores.

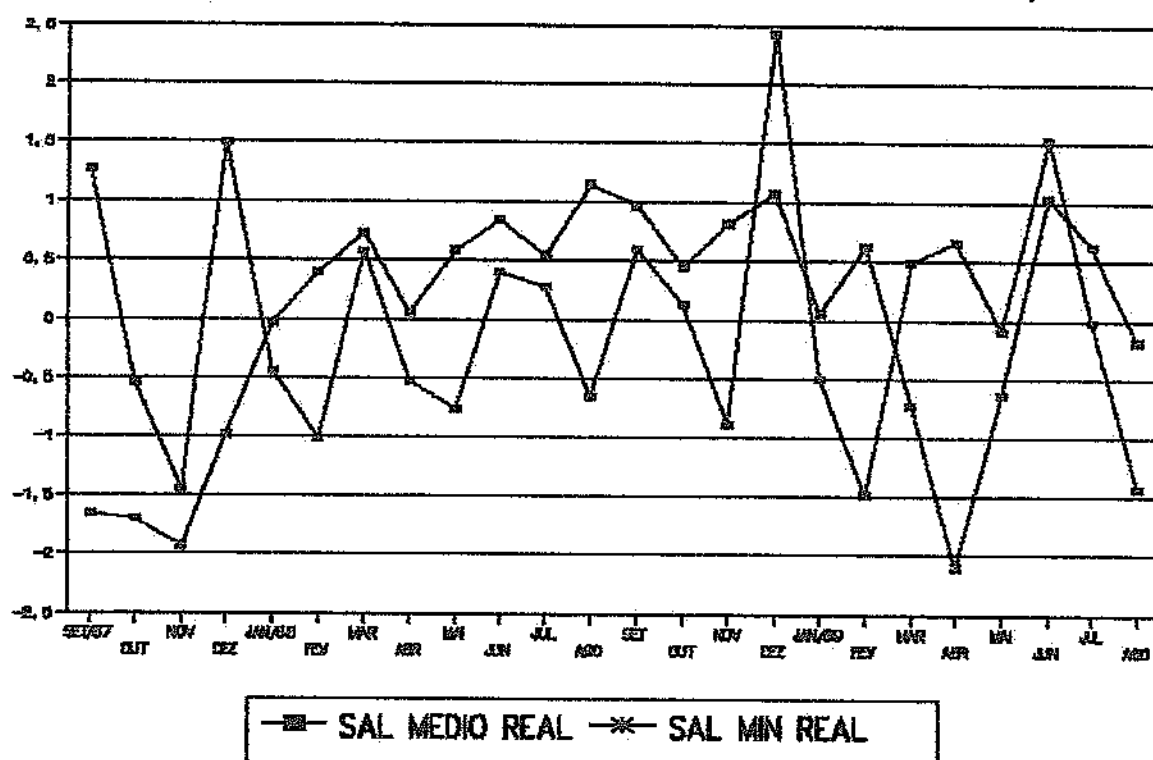
O trabalho inicial consistiu em apurar o rendimento médio real da RMS mês a mês para o referido período, doravante denominado de RMR. Apurou-se o salário mínimo real, utilizando-se o mesmo deflator que para os demais salários (IPC-CEI), a ser denotado por SMR. O mesmo procedimento foi feito para as faixas salariais de "Até 3 SM" e para a faixa "+ de 1 a 5 SM". Em seguida, procedeu-se a elaboração de gráficos e tabelas bem como a realização de alguns testes estatísticos para se apurar a correlação.

#### 6.3.2.1) Testes realizados e análise dos resultados

A análise dos resultados demonstra que o rendimento médio na RMS não tem uma relação forte com o Salário Mínimo (ver gráfico e tabela). Fazendo-se uma regressão linear, colocando-se o Rendimento Médio Real (RMR) como variável dependente do Salário Mínimo Real (SMR) (Modelo:  $RMR = a + b \text{ SMR} + u$ ), chegamos a indicadores que não evidenciam a existência de uma relação de dependência explícita de RMR com relação à SMR. Isso ratifica aquilo que já havia sido antecipado visualmente no gráfico, onde nota-se um descompasso entre as duas trajetórias ao longo dos 24 meses analisados.

Contudo, um olhar mais detido do comportamento das variáveis SMR e RMS no período em análise, permite detectar claramente os subperíodos onde as variáveis têm alguma relação e outros onde elas não exibem qualquer evidência de associação (ver gráfico). Doravante analisaremos os 5 subperíodos selecionados: a) set/87 a nov/87; b) dez/87 a mar/88; c) abr/88 a jan/89; d) fev/89 a mai/89; e) jun/89 a ago/89.

## REND. MEDIO REAL – RMS X SM REAL SET/87 A AGO/89 (VALORES PADRONIZADOS)



### O sub-período set/87 a nov/87

O sub-período foi antecedido pelo congelamento de preços e salários determinados pelo chamado Plano Bresser. O Decreto-Lei 2335 previa que após o período de 90 dias de congelamento – portanto a partir de set/87 – os salários seriam reajustados através de um novo índice: a Unidade de Referência de Preços (URP) que era resultante da média geométrica do IPC-IBGE acumulado no trimestre imediatamente anterior. A inflação do mês de junho (26,06%) não foi considerada para efeitos de reajustes salariais.

Esse curto sub-período mostra alguma similaridade entre o comportamento do SMR e RMR na Região Metropolitana de Salvador (ver gráfico).

### O sub-período dez/87 a mar/88



A legislação salarial desse período era a mesma do sub-período anterior, entretanto há diferenças detectáveis entre o SMR e RMR haja vista principalmente a sazonalidades do comportamento da economia. Senão vejamos:

Em dezembro de 1987 verificou-se um aumento significativo do rendimento médio da RMS, seguido de queda em janeiro e fevereiro/88. Já o salário mínimo real apresentou um comportamento de ascensão gradual no período. O mês de dezembro é tradicionalmente um mês de aquecimento da economia. A dinamização do comércio (setor que agrega 19% dos ocupados) com as vendas de final de ano têm impacto positivo sobre o nível de rendimentos na Região. Os ocupados no comércio com atividades registradas têm seus rendimentos elevados graças ao pagamento de comissões pelo aumento das vendas realizadas, além do maior número de horas extras nesse período. Os autônomos no comércio também registram aumento em sua retirada mensal já que vendem uma maior quantidade de produtos neste mês, onde as pessoas estão com poder aquisitivo maior (haja vista o recebimento de 13o, férias, etc.).

Também a prestação de serviços diversos (pessoais, administrativos, auxiliares, etc) registra um aquecimento no mês de dezembro, já que a demanda destes são viabilizadas pelo aumento da capacidade financeira dos indivíduos. Esse aquecimento da economia baiana no período do ano tem a ver com o clima de Verão com maior consumo de bebidas, comidas, etc. com a grande quantidade de festas populares, além do aumento considerável do fluxo turístico nesta época. Afora isso, é digno de registro que algumas categorias profissionais conquistaram, a partir de dezembro, a incorporação dos 26,06% (inflação de junho que fora expurgada) nos salários.

A tabela abaixo mostra a evolução dos índices de rendimento real médio segundo o segmento econômico para o de novembro/87 a fevereiro/88. Uma visualização da tabela indica que de fato todos os segmentos econômicos no mês de dezembro/87 mostraram desempenho favorável no que tange aos rendimentos médios, destacando-se

justamente o segmento 5 (Pequeno e Médio Comércio e Serviços não especializados) com 52,9% de incremento, seguido do segmento 3 (Outras atividades industriais e grande comércio) com 46%, segmento 6 (serviços administrativos, públicos e afins) com 27,9% e o segmento 7 (Serviços Domésticos, pessoais e auxiliares) com 22,6% de incremento.

Evolução do rendimento médio real da população ocupada segundo o segmento econômico para a RMS - nov/87 a fev/88 (em índices).

(BASE NOV/87=100)

SEGMENTO	MESES			
	NOV/87	DEZ/87	JAN/88	FEV/88
1) Agricultura	100,0	63,5	208,4	51,0
2) Ind. Tran, Ser Esp.	100,0	115,2	90,2	86,3
3) Out Ind. e G. Com.	100,0	146,0	107,3	139,1
4) Const. Civil	100,0	117,5	115,9	94,5
5) Comer e Ser n. Esp	100,0	152,9	107,2	111,0
6) Ser Adm, Pub, afins	100,0	127,9	99,0	107,9
7) Ser Dom, pess, aux.	100,0	122,6	147,0	99,7

FDNTE: PED/RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

#### *O sub-período abr/88 a jan/89*

Nesse sub-período, vigorava ainda o Decreto Lei 2335, o qual estabelecia a URP como referência para reajustar os salários. As variáveis RMS e SMR apresentam comportamento semelhantes (ver gráfico), a exceção dos meses de agosto e novembro/88. O mês de agosto apresenta um rendimento real médio bem deprimido enquanto o SMR tem uma ligeira ascensão. Nota-se que este mês coincide com aquele imediatamente anterior às datas-bases de importantes categorias profissionais como petroleiros, petroquímicos, bancários, cuja influência no rendimento médio da RMS é relativamente grande.

Essas considerações vão de encontro às evidências dos gráficos 3 e 4, quando compara o rendimento médio real da faixa de Até 3 SM e da faixa de 1 a 5 SM com o salário mínimo real. Para essas faixas de rendimentos, que registra baixa frequência das referidas categorias,

O mês de agosto, contrariamente, registra elevação do valor do rendimento médio real (ver gráficos). O mês de dezembro volta a registrar uma elevação significativa no RMR da Região Metropolitana de Salvador, haja vista os fatores ligados ao aquecimento da economia descritos anteriormente para o ano de 1987.

#### *O sub-período fev/89 a mai/89*

Com a edição do Plano Verão em fevereiro/89, os salários em 12/02/89 foram convertidos pela média real verificada no ano de 1988 e aplicado sobre esta média a URV de janeiro de 1989 (26,05%). A partir de fevereiro em diante nada foi estabelecido para o reajuste de salários. Foi um sub-período caracterizado pela desregulamentação por parte do governo da questão salarial. As medidas provisórias (n<sup>os</sup> 32, 37 e 48) então editadas não estabeleceu qualquer mecanismo de reajuste, o que pode ser encarado como uma tentativa de desindexação plena dos salários<sup>71</sup>.

Nesse sub-período, as variáveis rendimento médio real (RMR) para a Região Metropolitana de Salvador e o salário médio real (SMR) não apresentaram qualquer correlação detectável.

#### *O sub-período jun/89 a ago/89*

Aprovação da Lei 7788/89 a partir de junho/89, estabelece reajustes mensais de salário de acordo com o IPC-IBGE integral para a parcela de 3 salários mínimos. Para a parcela de 3 a 20 salários mínimos, foram asseguradas antecipações mensais pelo percentual do IPC que excedesse 5%, devendo no final de cada trimestre, haver o acerto pelo IPC integral. As variáveis RMR na Região Metropolitana de Salvador e SMR nesse sub-período já mostram uma correlação bem visível.

A análise geral do comportamento dos rendimentos médios reais.

---

<sup>71</sup> DIEESE (1991), p. 7, coloca que essa atitude representou na verdade uma tentativa de extinção da política salarial.

comparados com o salário mínimo real nos 24 meses abrangidos pela PED-RMS parece demonstrar que nos sub-períodos onde houve uma política salarial clara e bem definida o RMR, salvo alguns meses, teve um comportamento semelhante ao salário mínimo real. Contrariamente, nos períodos de indefinições da política salarial ou mesmo naquelas fases mais claras de desregulamentação governamental, os rendimentos médios não mostraram qualquer relação com o salário mínimo.

Considerando que a RMS apresenta, por um lado, uma complexa heterogeneidade estrutural da mão-de-obra - profissionais de alta qualificação coexistem com formas não tipicamente capitalista como a atividade não registrada e a informalidade - (Fagundes, 1992), e por outro, uma elevada concentração de renda na região <sup>72</sup>, o rendimento médio poderia não ser representativo dos rendimentos em geral para a Região. Ademais, as faixas extremamente superiores de rendimentos parecem de fato estar orientadas por dinâmicas próprias que não estão diretamente relacionadas ao valor do salário mínimo. Em realidade, a lógica de remuneração dos "elevados rendimentos" parecem estar orientada por aquilo que preceitua o Mercado Primário de trabalho da Teoria Dual - estruturação de cargos e salários, investimento em treinamento, hierarquização dos postos de trabalho, etc. (OLIVEIRA, 1989).

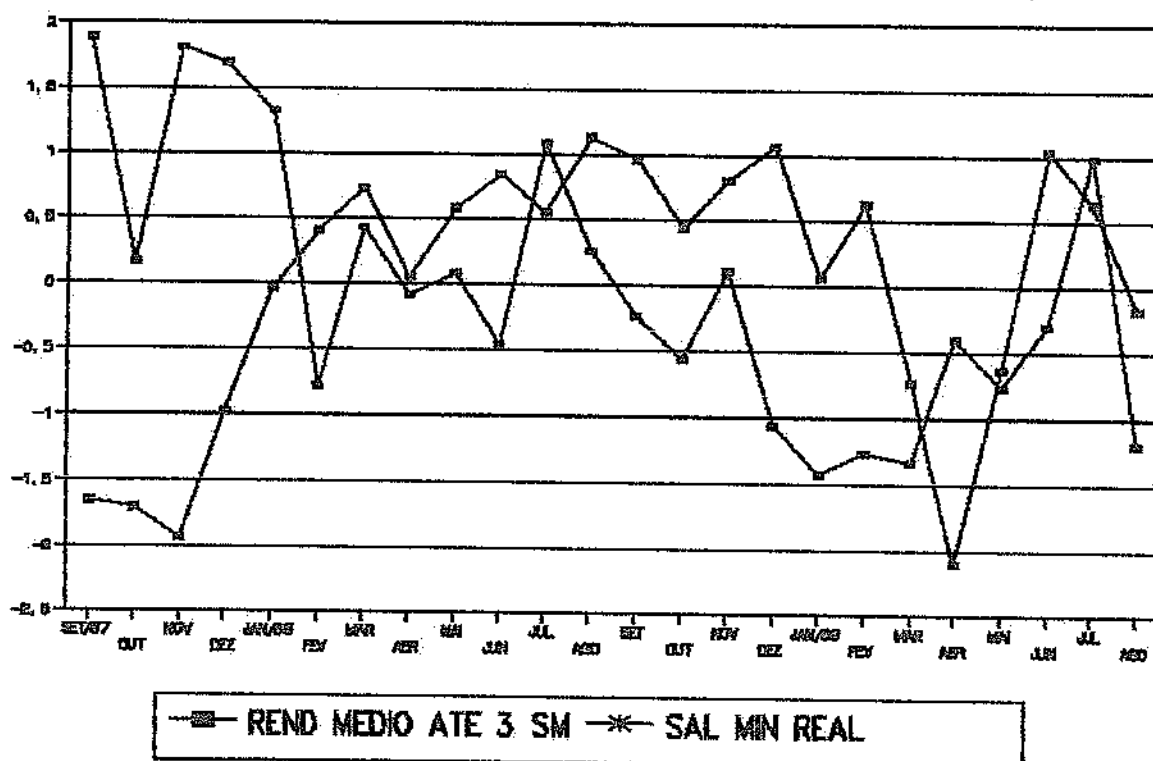
Tendo em vista esses complicadores para o uso do rendimento médio real como indicador geral dos rendimentos na região, o fato dele ainda apresentar uma relação explícita com o salário mínimo real em certos períodos parece ser sintomático de uma forte influência da política oficial (e particularmente a do salário mínimo) no comportamento dos rendimentos em geral da RMS. Com a finalidade de analisar essa questão com mais detalhes, far-se-á o estudo do rendimento médio real para as faixas de "Até 3 SM" e de "1 a 5 SM", as quais tendem a ter um comportamento mais próximo do salário mínimo.

---

<sup>72</sup> Foi visto que faixas elevadas de rendimentos com pequena participação da população ocupada abocanham parte considerável da renda enquanto que expressivo percentual da população ocupada se apropria de pequena fatia.

A desagregação para a faixa de rendimentos "Até 3 SM" - que representa cerca de 61% da população ocupada, foi realizada a fim de se verificar o grau de explicação do salário mínimo sobre os rendimentos dessa faixa (ver gráfico e tabela). Uma visualização instantânea proporcionada pelo gráfico já antecipa que não deve existir uma correlação forte entre as duas variáveis. Aplicou-se o modelo de regressão linear visto anteriormente e chegou-se à constatação de que também não foi revelado uma associação direta com o salário mínimo.

### REND. MEDIO REAL - RMS X SM REAL SET/87 A AGO/89 (VALORES PADRONIZADOS)



#### Resultados da Regressão:

$$\text{RMR} = 61743,6 - 0,1886 B_1 + u$$

$$(8,36) \quad (-1,58)$$

$$R^2 = 10,21 \quad F = 2,50 \quad DW = 1,22 \quad N = 24$$

Tais resultados poderiam também sugerir, de imediato, a rejeição da

hipótese de que o valor do salário mínimo influencia os rendimentos médios na RMS. Contudo, é necessário um trato mais cuidadoso dessa questão a fim de que conclusões apressadas possam ser evitadas. Analisando o comportamento das variáveis RMR para a faixa "Até 3 SM" e SMR verifica-se também a existência de uma sazonalidade bem detectável. Ou seja, o sub-período compreendido entre mar/89 a jan/89, onde vigorou uma política salarial mais definida, as variáveis apresentaram evidência de associação (ver gráfico).

Particularmente em relação a essa faixa de renda (Até 3 SM) cabe ainda algumas observações sobre fatos que muito provavelmente contribuíram para a constatação de não correlação entre as variáveis, se considerado os 24 meses do período em estudo. Um deles diz respeito ao critério de estratificação da faixa de rendimento que além de conter indivíduos com renda zero, incorpora também percentual significativo (24,2%) de indivíduos que percebem até 1 SM.

Cruzamentos com outras informações (ver tabelas) permitem inferir que boa parte dos indivíduos na faixa de rendimento de "Até 1 SM" exercem atividades de trabalho irregulares, ocasionais (essa faixa representa 39,7% da população ocupada). A tabela abaixo demonstra, por exemplo, que as faixas de rendimento "Até 1/2 SM" e "+ 1/2 até 1 SM" apresentam percentuais bem elevados para os grupos 9 (que congrega atividades autônomas diversas) e 16 (que congrega os serviços domésticos sem carteira assinada). Esses são grupos ocupacionais típicos da atividade não registrada<sup>73</sup> (ver Cacciamali, 1994).

A fim de verificar o comportamento do rendimento médio desse dois grupos ocupacionais (16 e 9) vis-à-vis o salário mínimo foi estimado o modelo linear  $RMR = a + b \text{ SMR} + u$  e o logaritmo  $\ln(RMR) = \ln a + b \ln(\text{SMR}) + u$ . Os resultados confirmaram o esperado. Para o grupo 16

<sup>73</sup> A estimação do modelo  $RMR = a + b \text{ SMR} + u$  para o grupo ocupacional 16 mostra um  $R^2 = 0.0618$ , sendo beta não significativo. Também o modelo tradicional  $\ln(RMR) = \ln a + b \ln(\text{SMR}) + u$ , mostra um  $R^2 = 0.0594$  com beta não significativo.

$R^2 = 0.0618$ , sendo beta não significativo. Também para o logarítmico o  $R^2 = 0.0594$  com beta não significativo. Para o grupo 9, o primeiro modelo registrou um  $R^2 = 0.0041$ , e para o segundo modelo o  $R^2 = 0.0087$ .

Em sendo assim, a dinâmica da remuneração desse estrato não mostra uma evidência de associação com o comportamento referencial do salário mínimo.

Distribuição dos grupos ocupacionais segundo faixas de rendimentos para a RMS - 1987/89 (percentuais de linha e coluna).

GRUPOS OCUPAC	FAIXAS DE RENDIMENTOS (em Salários mínimos)								
	Até 1/2	1/2-1	1-2	2-3	3-5	5-15	15-25	25-50	Mais 50
1) Empres.	2.4 0.4	1.1 0.3	3.8 0.4	6.2 1.1	12.9 1.9	38.0 4.9	16.8 10.9	13.2 14.1	5.7 23.0
2) Ger. Dir	11.9 1.8	4.8 1.3	10.4 1.0	6.1 1.1	11.9 1.8	30.7 4.2	11.3 7.7	8.8 9.9	4.0 16.6
3) Prof NS	2.6 0.5	0.1 0.0	1.9 0.3	2.3 0.5	5.2 1.0	35.4 6.4	22.6 20.5	23.1 34.7	6.8 38.4
4) Qual Pr	6.3 1.6	2.5 1.1	12.7 2.1	15.1 4.5	23.6 5.9	29.4 6.5	6.0 6.7	3.4 6.3	0.8 3.4
5) Out Qua	5.1 1.2	4.8 2.0	16.6 2.5	12.0 3.2	18.9 4.3	32.3 6.6	7.2 7.3	2.7 4.6	0.4 2.7
6) Squa Pr	13.8 4.5	7.2 4.2	17.3 3.7	14.9 5.8	20.0 6.5	21.7 6.3	3.3 4.7	1.5 3.6	0.3 3.0
7) Squa Ma	4.4 2.4	2.1 2.0	11.3 3.9	13.0 8.2	25.9 13.7	36.6 17.3	5.1 12.1	1.4 5.5	0.1 1.2
8) Squa Ve	10.9 3.2	7.4 3.9	29.5 5.7	15.6 5.4	15.0 4.4	17.0 4.4	3.1 4.1	1.2 2.5	0.4 3.3
9) Squa Au	34.5 23.3	11.5 13.8	17.0 7.5	11.3 9.0	12.5 6.4	11.1 6.6	1.6 4.7	0.4 2.1	0.0 0.9
10) N Qua	22.7 7.1	8.6 4.8	37.9 7.7	17.0 6.2	9.8 3.0	3.7 1.0	0.2 0.3	0.0 0.1	0.0 0.0

(continua)

GRUPOS OCUPAC	FAIXAS DE RENDIMENTOS (em Salários mínimos)								
	Até 1/2	1/2-1	1-2	2-3	3-5	5-15	15-25	25-50	Mais 50
11) S. Pub	1.5 0.2	2.9 0.8	12.2 1.3	16.3 3.0	24.9 3.9	34.3 4.8	5.3 3.8	2.6 3.0	0.1 0.3
12) Estr	2.6 1.6	0.9 1.0	19.4 7.9	16.6 12.2	26.1 6.3	29.6 16.4	3.3 9.2	1.4 6.2	0.1 1.8
13) S.G I	3.0 1.4	2.1 1.8	36.3 11.6	24.4 13.4	22.4 10.4	9.1 3.7	0.5 1.0	0.1 0.4	0.0 0.0
14) S.G II	21.1 6.7	10.5 5.8	22.8 4.7	14.4 5.4	19.8 6.2	10.9 3.1	0.3 0.5	0.1 0.2	0.0 0.0
15) S.D I	2.4 0.9	3.7 2.5	64.7 16.0	19.0 8.5	7.8 2.9	2.2 0.7	0.0 0.0	0.1 0.2	0.0 0.0
16) S.D II	38.2 34.5	30.1 48.1	24.4 14.4	4.0 4.2	2.4 2.1	1.0 0.8	0.0 0.2	0.0 0.2	0.0 0.3
17) M Def	17.5 8.8	7.4 6.6	28.1 9.2	14.1 8.4	14.4 7.2	13.7 6.1	2.8 6.2	1.8 6.5	0.2 3.0

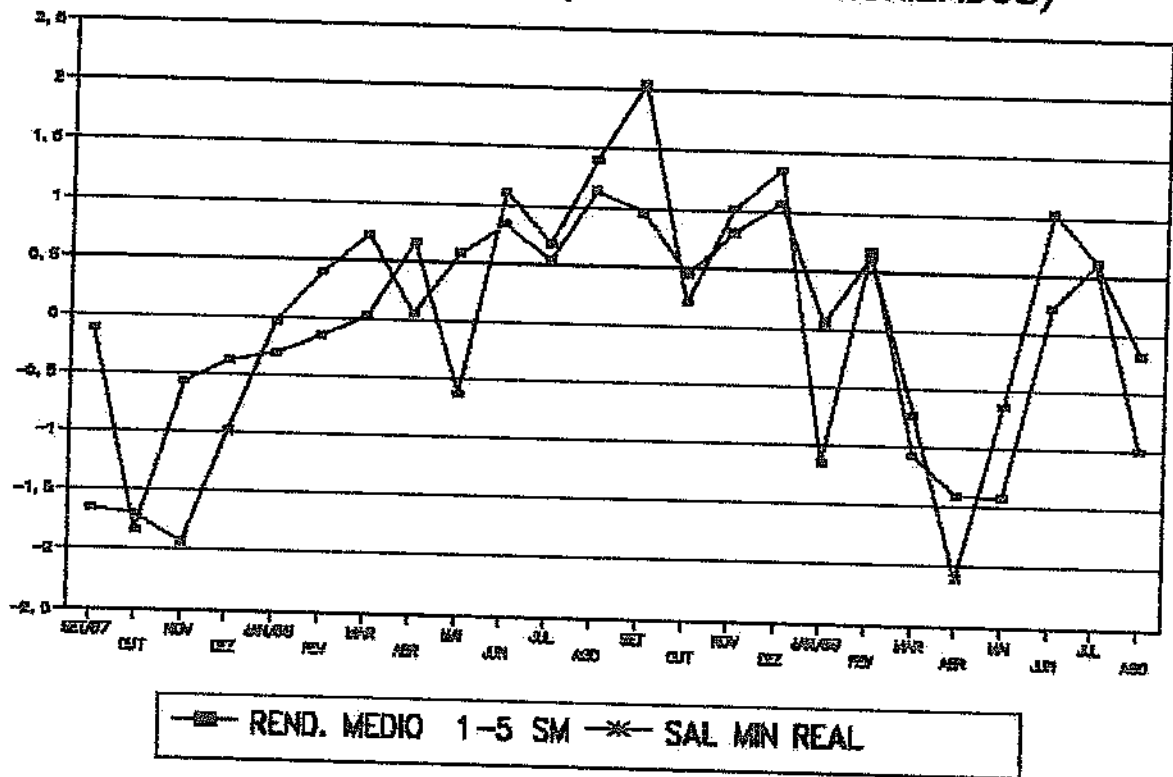
FONTE: PED/RMS. Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Uma outra desagregação foi realizada para melhor estudar o fenômeno. Trabalhou-se agora com a faixa de rendimento "+ de 1 a 5 SM" que representa 76,4% da população ocupada). A visualização do gráfico permite detectar alguma correlação entre as duas variáveis. A aplicação do referido modelo de regressão, tendo como variável dependente os salários médios da citada faixa de rendimentos e como variável independente o salário mínimo, registrou um coeficiente de elasticidade do estrato em relação ao SM positivo de 0,3537, apresentando um indicador significativo<sup>74</sup>.

74 BACHA & TAYLOR (1978) fazem uma regressão a fim de detectar a os determinantes do salário mediano da indústria na cidade do Rio de Janeiro entre 1952 e 1975. O modelo inclui o salário mínimo e o produto interno bruto *per capita* como variáveis independentes. Os resultados indicaram a existência de uma relação significativa entre o salário mediano e mínimo reais, com uma elasticidade estimada em torno de 0,5. VEILOSO (1990) usando uma subamostra da PNAD para trabalhadores não qualificados, entre 1976/79, estima o modelo básico  $\ln(W/P) = F[\ln(SM/P)]$ , onde encontra a elasticidade do SM/P de 0,62 para os com carteira e 0,46 para os sem carteira.



## REND. MEDIO REAL - RMS X SM REAL SET/87 A AGO/89 (VALORES PADRONIZADOS)



Resultados da Regressão:

$$RMR = 75172,3 + 0,3537 B_1 + u$$

(17,28)                      (5,03)

$$R^2 = 53,44 \quad F = 25,25 \quad DW = 2,18 \quad N = 24$$

Essa faixa parece traduzir de forma mais clara aquilo que foi mencionado, qual seja, o Salário Mínimo de fato é uma referência para os rendimentos situados na escala inferior até a escala intermediária da estruturação ocupacional. Como essa faixa (+ 1 a 5 SM), além de excluir todos os indivíduos com remuneração inferior a 1 SM, incorpora o estrato de rendimento "+ de 3 a 5 SM" (representa 15,5% da população ocupada) que contém empregos mais estáveis e regulares, a evidência de correlação está de acordo com aquilo discutido anteriormente.

A tabela acima mostra que os grupos ocupacionais cujas remunerações são mais frequentes na faixa 3 - 5 SM são justamente as da estrutura ocupacional intermediária. Os grupos ocupacionais 12, 13 e 7 são aqueles que apresentam um maior nível de assalariamento da mão-de-obra.

Do exposto, conclui-se que o salário mínimo não tem importância detectável para os grupos ocupacionais cujas atividades são predominantemente irregulares, ocasionais e não registrada. Do mesmo modo, admite-se que as camadas superiores de rendimento (onde se encontram os empresários, executivos, administradores e profissionais de nível superior, etc. - Grupos 1, 2 e 3) também não tem uma relação explícita com salário mínimo, haja vista tudo aquilo que foi mencionado em relação à estruturação desse mercado.

Tais fatos implicam em que o rendimento médio geral da RMS, analisado para o conjunto dos 24 meses do período em análise, também não apresente uma relação direta, já que é por demais influenciado por esses extremos. Entretanto, uma análise mais cuidadosa evidencia a existência de uma sazonalidade na correlação das variáveis RMR e SMR, o que coincide com a existência ou não de uma política de salarial bem definida por parte do governo. Assim, nos períodos onde há uma determinação clara e transparente sobre a questão salarial, as variáveis RMR e SMR tendem a andar em fina sintonia (a exceção de alguns meses atípicos). Contrariamente, nos períodos de desregulamentação estatal, as variáveis não apresentam qualquer associação.

A faixa de rendimento de "+ de 1 a 5 SM" apresentou índices satisfatórios de correlação entre RMR e SMR ao longo dos 24 meses da série, indicando que o rendimento real médio desse estrato para a RMS dependeu, em boa parte, do comportamento do salário mínimo real para o período compreendido entre set/87 a ago/89. Ainda assim, as evidências de sazonalidade na correlação das duas variáveis obedeceram os mesmos condicionantes acima referidos sobre a existência ou não de uma política salarial.

Tais conclusões de certo modo aceitam as interpretações desenvolvidas por SOUZA e BALTAR (1979, 1980) e vão de encontro às recentes evidências produzidas por CACCIAMALI, FORTELA & FREITAS (1994) para a Região Metropolitana de São Paulo. Segundo esses últimos autores, a correlação encontrada entre os salários do mercado regulamentado (trabalhadores com carteira assinada) e o salário mínimo são explicadas de duas formas: a) a hierarquia salarial das empresas tem como padrão o salário mínimo e b) o salário mínimo é referência para a fixação dos salários-base resultante de negociações coletivas entre empresas e sindicatos. As argumentações parecem factíveis para o caso da RMS.

Finalmente, considerando que a faixa de 1 a 5 salários mínimos corresponde a 76,4% da população ocupada na RMS e que esse montante abocanha apenas 29,8% da renda, conclui-se pela importância da política de recuperação do salário mínimo como elemento fundamental no processo de redistribuição de renda na Região.

## CAPÍTULO III

## INVESTIGAÇÕES SOBRE AS DIFERENCIAÇÕES DOS RENDIMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A finalidade desse Capítulo é investigar o poder explicativo de cada variável selecionada na determinação dos rendimentos na RMS. Nesse sentido, far-se-á uso dos testes estatísticos não-paramétricos (Craser e Coeficiente de Contingência, os quais já vinham sendo empregados no capítulo anterior), assim como de recursos mais poderosos de inferência estatística como Análise de Variância (ANOVA)<sup>1</sup> e Multiple Classification Analysis (MCA)<sup>2</sup>. A base de dados continua sendo a Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMS entre o período de ago/67 a set/89.

Inicialmente será testado a influência de cada fator individualmente sobre os rendimentos na RMS, tentando compreender e elucidar as origens dessa influência. Posteriormente, testar-se-á todas as variáveis de um grupo de característica simultaneamente. No final do capítulo será exibido uma grande tabela resumizando os resultados dos testes mais importantes por variável bem como das diversas combinações realizadas.

---

1 Consiste num método desenvolvido por Fisher, o qual permite a realização de teste para igualdade de várias médias. Isto é, permite descobrir quais os fatores que produzem mudanças sistemáticas (não aleatórias) em alguma variável de interesse. Os fatores propostos podem ser variáveis quantitativas ou atributos, enquanto que a variável dependente é quantitativa e observada dentro das categorias de fatores - os tratamentos. Cada categoria de um fator define um grupo de casos e análise de variância testa se a média da variável dependente são as mesmas para todos os grupos. Ver, dentre outros, BUNSSAP (1986), MOEL (1981).

2 Essa recurso consiste em apresentar a Média Global da variável dependente e uma tabela de desvios para a Média Global de cada fator (efeitos dos tratamentos) e algumas mensurações de associações. Os desvios indicam a magnitude dos efeitos de cada fator. Algumas mensurações de associações são disponíveis na tabela de MCA. Para cada fator na tabela a estatística Eta é calculado. Os valores indicam a proporção da variância explicada por um conjunto de fatores. Também é calculado o coeficiente de regressão padronizada (Beta) e finalmente o R<sup>2</sup> e o R múltiplo (Handbook SPSS, *Statistical Guide*, chapter 15, p. D-143/8-153).

Por fim, acredita-se que a busca de uma hierarquização dos determinantes de rendimentos na RMS, avaliados por métodos que permitam, com certo grau de confiança, fazer uma extrapolação dos resultados obtidos com a amostra da PED para todo o universo de ocupados na região, leva à aceitação ou rejeição de certas hipóteses sobre o fenômeno. Também o grande número de evidências empíricas aqui produzidas permitirão a comparação com outras regiões metropolitanas, a exemplo da Grande São Paulo, que possuem o mesmo tipo de dados utilizados neste estudo, permite uma melhor compreensão de suas causas e consequências.

## 1) Características Pessoais

Como características pessoais da mão-de-obra foram tomados os fatores escolaridade, gênero, cor, procedência e idade, como captadores das influências de oferta de trabalho. Neste item será avaliado a influência de cada fator no rendimento médio da RMS, buscando-se explicitar as principais determinantes dessa influência.

### 1.1) Escolaridade x Rendimento

Como referido no capítulo I, a relação positiva entre escolaridade e rendimentos, tem sido observado tanto teórica quanto empiricamente ao longo do tempo. CHAHAD<sup>3</sup> observa que "a educação é, geralmente, aquela variável mais importante na explicação do salário recebido. A posse de maior nível educacional aumenta bastante as oportunidades de emprego, como também pelo valor cultural que lhe é atribuído, aumenta o salário recebido. A linha de pensamento ortodoxa afirma que mais educação leva maior produtividade de mercado e, conseqüentemente, como esta é a base para a remuneração, eleva os salários. Além disso, o indivíduo pode passar a desempenhar funções mais complexas na organização da firma, provavelmente melhor remuneradas". Essa relação positiva, embora constatada empiricamente pelos diversos trabalhos já referidos na revisão da literatura, vem sendo ultimamente questionada. Alguns autores chegam a inequivocar que

<sup>3</sup> CHAHAD (1981), p. 102.

a escolarização formal tem pouco impacto no número de ocupações da indústria moderna posto que essas dependem mais dos investimentos em tecnologia que das características pessoais dos trabalhadores. Assim, a qualificação para o trabalho nos segmentos modernos seriam patrocinados pelos próprios empregadores, mediante cursos e treinamentos.

A fim de avaliar a influência da escolarização formal sobre os rendimentos médios da SMS foram utilizados os recursos estatísticos acima referidos. A tabela abaixo mostra o rendimento médio dos ocupados segundo os níveis de escolaridade para a SMS no período considerado. Fica evidente que quanto maior o nível de escolaridade (em anos de estudo) maior é o rendimento médio dos ocupados na SMS. O elevado valor para a estatística F indica que são estatisticamente significativo as diferenças de rendimentos segundo os níveis de escolaridade.

Rendimento médio dos ocupados por faixa de estudo na SMS -  
1987/89 (1)

Média Global = 183.191

ESTUDO (em anos)	N	RENDIMENTO MÉDIO	DESVIOS
S/ Estudo	5735	78.258	-104.933
De 1 a 4	19254	92.461	-90.730
+ 4 a 8	18624	127.996	-55.195
+ 8 a 11	13526	255.637	72.446
+ 11 a 15	3528	614.847	431.656
+ 15 a 18	785	1.079.982	896.790
F = 3945,3			Eta = 0,50

Fonte: PED/RMS. Setrab/Seade/Diocese/Sina/Ufba. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CPI.

Fica constatado, por exemplo que os indivíduos situados na faixa de 15 a 18 anos possuem um rendimento que superam em 487% a média global dos ocupados. Enquanto isso, verificou-se que os indivíduos não escolarizados possuem em média rendimento 43% abaixo da média global.

Essa influência da escolaridade sobre os rendimentos deve-se a diversos fatores. Abaixo serão relacionados os que aparentemente são de maior relevância:

1) A escolaridade possibilita ao indivíduo melhor capacitação para o trabalho, já que está fortemente associada à qualificação da mão-de-obra. Assim, pode-se dizer que o fato de se dispor de um nível educacional tem efeitos cognitivos importantes para o desenvolvimento da atividade econômica do indivíduo.

2) Os indivíduos de maior escolaridade tendem a ser mais seletivos na procura de emprego, buscando ocupar posições relativamente melhor situadas na estrutura ocupacional da região, as quais remuneram melhor. Isto porque esses indivíduos parecem possuir maior capacidade de lidar com trabalhos mais complexos, além de terem maior capacidade de discernimento e mais desembaraço na realização das tarefas. A tabela a seguir mostra a distribuição da população ocupada por escolaridade (em anos de estudo) segundo grupos ocupacionais construídos para a RMSI.

Distribuição dos Grupos Ocupacionais segundo as faixas de estudo para a RMS - 1987/89 (percentuais de linha e coluna)

GRUPO	ESTUDO (em anos)					
	S/ ESTUDO	1 a 4	4 a 8	8 a 11	11 a 15	15 a 19
1) Empresário	4.2	16.3	19.5	35.2	20.4	4.2
2) Ger. Dir.	1.0	1.1	1.6	3.5	7.9	7.5
3) Prof n sup	.5	6.3	17.0	40.8	30.6	4.7
4) Qual. Prod	.1	.5	1.5	4.3	12.4	8.5
5) Outr Qual	.2	1.1	1.7	13.2	55.4	28.0
6) Squal Prod	.1	.1	.2	1.8	16.9	66.5
7) Squal Man	8.1	28.9	50.1	27.2	4.8	1.8
8) Squal Vend	3.4	3.5	4.5	4.8	3.2	2.6
9) Squal Auto	.1	4.2	10.7	62.4	21.2	1.4
10) NSo Qual	.0	.4	1.4	9.4	12.5	8.7
11) Ser Util.	10.8	33.8	26.8	25.0	3.8	1.4
12) Secret.	5.4	5.0	4.8	5.4	2.9	1.1
13) Serv Ger I	5.0	34.6	58.3	31.0	1.0	.1
14) Serv Ger II	4.4	8.9	12.0	7.8	1.4	.8
15) Serv Dom I	2.1	22.5	35.8	35.7	3.9	1.2
16) Serv Dom II	.9	3.6	6.8	6.9	5.9	.6
17) Mal Defin.	19.8	44.6	26.6	12.8	1.2	.1
18) NSo Util.	15.8	14.8	10.7	6.1	8.2	.6
19) NSo Qual	17.0	48.8	27.6	6.4	.2	.1
20) Serv Util.	9.6	8.2	5.8	1.5	1.1	.5
21) Secret.	3.5	17.2	35.0	28.8	4.8	1.1
22) Serv Ger I	.4	1.2	3.0	4.0	1.9	.5
23) Serv Ger II	.6	5.8	17.7	65.3	10.0	1.5
24) Serv Dom I	.5	1.6	6.0	26.4	15.5	3.7
25) Serv Dom II	10.2	36.9	34.3	17.5	.9	.0
26) Mal Defin.	6.9	7.8	8.5	5.1	1.0	.1
27) Serv Ger I	12.6	42.8	33.4	10.9	.3	.0
28) Serv Ger II	7.5	7.6	7.2	2.8	.2	.1
29) Serv Dom I	17.2	47.2	29.4	6.0	.1	.0
30) Serv Dom II	9.3	7.6	5.8	1.4	.1	.1
31) Mal Defin.	20.7	50.1	24.9	4.2	.1	.0
32) Serv Util.	28.1	20.2	12.2	2.4	.2	.2
33) NSo Qual	6.8	35.6	32.3	18.8	5.0	.4
34) Serv Util.	8.4	8.6	9.2	6.4	6.6	2.4

FONTE: PED/RMS, Setrab/Seade/Diessa/Sina/Ufba. Cálculos nossos.

A análise dos números permite inferir que de fato os indivíduos de melhor nível educacional estão mais frequentemente em ocupações de melhor colocação. Por exemplo, dos indivíduos que têm de 11 a 15 anos de estudo 7,9% estão no grupo ocupacional 1); 12,4% no grupo 2) e 38,9 no grupo 3), participações bem superior dessa faixa de estudo



na amostra, 5,7%. Os testes mostram que a associação entre ocupação e estudo é significativa.

3) Existe diferenças dos "setores" no que tange às exigências de habilidades para o trabalho. Na produção mercantil simples prevalece a necessidade do domínio de técnicas, adquirida na vivência profissional, já no mercado de trabalho formal a educação formal é um indicador fundamental para a aferição do grau de capacitação do trabalho, isso denotaria uma maior probabilidade do indivíduo mais escolarizado encontrar emprego no setor formal que, em média, remunera mais.

A forma usada para avaliar esse fenômeno foi considerar como parâmetro a carteira de trabalho assinada. A tabela abaixo mostra a distribuição da população ocupada segundo a posse de carteira de trabalho assinada.

Distribuição da população ocupada segundo as faixa de estudo na RMS - 1987/89  
(percentuais de linha e coluna)

ESTUDO (em anos)	CARTEIRA ASSINADA	
	NÃO	SIM
S/ Estudo	41,0	59,0
De 1 a 4	9,7	6,2
+ 4 a 8	40,6	59,4
+ 8 a 11	38,3	24,7
+ 11 a 15	30,7	29,3
+ 15 a 18	27,2	27,1
+ 18 a 21	19,9	80,1
+ 21 a 24	18,0	32,0
+ 24 a 27	23,7	76,3
+ 27 a 30	5,8	8,3
+ 30 a 33	19,7	80,3
+ 33 a 36	1,0	1,8

FONTES: PED/RMS. Setrab/Seade/Diasese/Sina/Utba.  
Cálculos nossos.

Teste

Significância

Cramer's V	0,18672	0,0000
Coefficiente de Contingência	0,16355	0,0000

Uma rápida análise permite constatar, por exemplo, que dos indivíduos que possuem entre 11 a 15 anos, 76,3% têm carteira de trabalho assinada. Também a faixa de 15 a 18 anos de estudo, 80% do ocupados têm carteira de trabalho, percentuais bem superiores àquele registrado na amostra. Os teste também confirmam essa colocação.

4) Pode-se verificar que o maior rendimento médio dos mais escolarizados não deve-se ao fato deles trabalharem mais. Portanto, esse resultado é contrário às argumentações de CHANAD<sup>4</sup> quando observam que os indivíduos de maiores níveis de escolaridade trabalham mais dada a necessidade de pagar a escolaridade recebida. A tabela abaixo mostra as médias de horas totais trabalhadas (trabalho principal + trabalho secundário) segundo os níveis de estudo, bem como algumas estatísticas de verificação de questão.

---

<sup>4</sup> CHANAD (1981), p. 82-83.

Horas médias trabalhadas por faixa de Rendimento em salários mínimos na RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 44,63

ESTUDO (em anos)	N	HORAS TRAB.	DESVIOS
S/ Estudo	6570	44,63	3,59
De 1 a 4	22046	46,21	2,17
+ 4 a 8	19143	46,79	1,09
+ 8 a 11	10292	46,73	-3,59
+ 11 a 15	3941	36,92	-7,70
+ 15 a 18	875	43,14	-1,48
F = 37,00			Eta = 0,05

FONTE: PED/RMG. Extrab/Seade/Diessa/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Os testes não indicam diferenças significativas entre as horas médias trabalhadas segundo os níveis de estudo. Também uma regressão linear tendo-se como dependente as horas trabalhadas e como variável independente os anos de estudo revela um  $R^2 = 0,003$ .

Como a educação revelou-se uma variável chave na explicação dos rendimentos, ela será utilizada, em alguns momentos, como uma espécie de variável de controle na investigação das demais variáveis selecionadas para o estudo das influências de outras características sobre os rendimentos médios dos ocupados na RMS.

## 1.2) Gênero e Rendimentos

A despeito da progressiva conscientização da sociedade sobre a capacidade da mulher exercer qualquer profissão, ainda perdura uma concepção tradicional sobre a sua participação no mercado de trabalho. Mesmo nos países desenvolvidos, os cursos mais procurados pelas mulheres nas universidades são vinculados às ocupações tradicionalmente femininas. Assim sendo, não é de surpreender que as mulheres estejam concentradas em um leque reduzido de ocupações. O trabalho de LAEO, ALMEIDA & DE LIMA (1983) além de mostrar algumas evidências desse fenômeno, apresenta dados que sugerem a discriminação no mercado de trabalho nos países

desenvolvidos. Em 1977 a remuneração média das mulheres nos 14 países da OCDE correspondia, em média, a 66% das remunerações masculinas, sendo que a menor disparidade encontra-se na Suécia (87%) e a maior no Canadá (50%)<sup>5</sup>. Nos diversos grupos ocupacionais, as mulheres com níveis educacionais equivalentes ou até superiores aos dos homens, continuam percebendo remuneração consideravelmente inferior. Os autores argumentam que tais diferenças estão mais fortemente associadas às diferentes ocupações de homens e mulheres no interior de grupos educacionais do que o nível educacional.

Mais recentemente FERREIRA (1989) usando os dados da PED desenvolve um estudo sobre a participação da mulher no mercado de trabalho da grande São Paulo entre 1985 e 1987. No que tange aos rendimentos médios, o autor constata que em 1985 as mulheres recebiam, em média, 48,1% do rendimento masculino e em 1987 esse percentual subiu para 53,1%. O trabalho conclui que o aumento relativo do rendimento médio feminino está intimamente associado ao comportamento do nível da ocupação e do ritmo de crescimento da atividade da economia.

Dados da PED para a RMS entre 1987/89 indicam que dos indivíduos que recebem até 1/2 salário mínimo (15,5% do total dos ocupados) 61% são mulheres e apenas 39% são homens. Em contrapartida, a faixa de maior rendimento (Mais de 50 SM) possui 91% de indivíduos do gênero masculino contra apenas 9% do gênero feminino. As outras duas faixas de mais alto rendimento - "+ de 25 a 50 SM" e "+ de 15 a 25 SM" - seguem a mesma tendência; apresentam 79,6% e 74,6 de homens contra 20,4% e 25,3% de mulheres, respectivamente. Uma análise das colunas da tabela abaixo demonstra que dentre as mulheres a faixa de rendimento de maior frequência é a de "+ de 1 a 2 SM" (28,3%) seguido da faixa de "Até 1/3 SM" (21,9%). Dentre os homens, a faixa de rendimento de maior frequência é a de "+ de 5 a 15 SM" (22,1%) seguido da faixa de "+ de 1 a 2 SM" (20,1%).

---

5 LABO, ALMEIDA & LIMA (1983), p. 89-90.

Distribuição dos rendimentos do trabalho  
segundo o gênero na RMS - 1987/89  
(porcentuais de linha e coluna)

RENDIMENTOS (em sal. mín)	TOTAL	MASC.	FEM.
Até 1/2	19,3	39,0	21,0
+ de 1/2 a 1	8,7	10,8	31,8
+ de 1 a 2	23,6	31,5	48,3
+ de 2 a 3	18,2	48,2	15,8
+ de 3 a 5	15,5	20,1	31,8
+ de 5 a 10	17,4	63,9	36,8
+ de 10 a 20	3,5	18,7	11,0
+ de 20 a 30	2,1	70,3	29,8
+ de 30 a 50	0,6	19,3	10,7
+ de 50 a 100	0,6	72,0	28,0
+ de 100 a 200	0,6	22,1	11,3
+ de 200 a 500	0,6	74,8	29,2
+ de 500 a 1000	0,6	4,6	2,0
+ de 1000 a 2000	0,6	79,6	20,4
+ de 2000 a 5000	0,6	3,0	1,0
+ de 5000 a 10000	0,6	91,0	9,0
+ de 10000 a 20000	0,6	0,9	0,1

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Diseeee/Sine/Ufba.  
Cálculos nossos.

Testes

		Significância
Cramer's V	0,30295	0,0000
Coefficiente de Contingência	0,28978	0,0000

Esses dados são indicadores de uma posição desfavorável da mulher com respeito aos rendimentos auferidos no mercado de trabalho. Uma análise descritiva das duas distribuições salariais aponta diferenças significativas. A média do rendimento dos homens é de 5,24 SM com um desvio-padrão de 9,69 SM enquanto que as mulheres apresentaram média de rendimento de 2,79 SM com desvio-padrão de 3,53 SM. Esses indicadores demonstram que, em termos médios, os rendimentos dos indivíduos do gênero feminino correspondem a apenas 51% dos rendimentos do gênero masculino e que o leque salarial das mulheres é menor que o dos homens.

A análise de variância confirma que de fato os rendimentos dos ocupados na RMS diferem significativamente segundo o gênero. A estatística F registrou um valor de 1734,97.

A tabela abaixo mostra a distribuição dos ocupados por anos de estudo segundo o gênero. Uma visualização dos números revela que dos homens ocupados na RMS, 8,7% não tem estudo enquanto que as mulheres sem estudo representam 11,1% da população ocupada. Dados de PARATH<sup>6</sup> para a Grande São Paulo dão conta de 6,7% e 8,0%, respectivamente, de homens e mulheres sem estudo. Dos indivíduos do gênero masculino com ocupação na RMS, 64% estão distribuídos nas séries do 1o grau enquanto que em São Paulo esse percentual é de 60,7% (PARATH, 1989). Na faixa de "+ de 9 a 11 anos" estão 20,8% dos homens e 25,8% das mulheres ocupadas na RMS. Na faixa "+ de 11 a 15 anos" estão 4,9% dos homens contra 7,2% de mulheres.

---

<sup>6</sup> PARATH (1989), p. 240.

Distribuição dos ocupados por anos de estudo segundo o gênero na RMS - 1987/89

(percentuais de linha e coluna)

ESTUDO	Total	Homens	Mulheres
SEM ESTUDO	9,8	52,7	47,3
DE 1 A 4 ANOS	33,0	6,9	11,1
+ 4 A 8 ANOS	27,1	61,8	38,2
+ 8 A 11 ANOS	22,9	35,0	30,2
+ 11 A 15 ANOS	5,3	62,4	37,6
+ 15 A 18 ANOS	1,3	29,0	24,5
TOTAL		53,1	46,9
		20,8	25,6
		48,6	51,2
		4,9	7,2
		62,9	37,1
		1,4	1,2
		58,4	41,6

FONTES: FED-RMS, Setrab/Seade/Diamesa/Sine/Urba. Cálculos nossos.

Testes

Significância

Cramer's V	0.09254	0.0000
Contingency Coefficient	0.09606	0.0000

Desse modo, a diferenciação de rendimentos quanto ao gênero no mercado de trabalho da RMS não pode ser atribuída à escolaridade. As informações disponíveis não evidenciam a predominância de homens em faixas superiores de escolaridade. As distribuições dos anos de estudo segundo o gênero masculino e feminino são portanto equivalentes não havendo discrepâncias relevantes a serem apontadas. Também os testes não-paramétricos realizados mostram que não existe uma correlação explícita entre o gênero e a escolaridade do indivíduo, sendo mais razoável a aceitação da independência entre as duas variáveis.

A tabela abaixo mostra as médias dos homens e das mulheres por

faixas de anos de estudo. Fica claro que para todas as faixas de escolarização selecionadas, a média de rendimento das mulheres é inferior a média dos homens. Os dados revelam que nas faixas de baixa escolarização a diferenciação de rendimentos é francamente desfavorável as mulheres. Na faixa de 1 a 4 anos, os rendimentos das mulheres representam 42% dos rendimentos dos homens. Nas faixas superiores "+ de 11 a 15 anos" e "+ de 15 a 18 anos" a desvantagem das mulheres diminui de modo expressivo, 53,9% e 52,5% respectivamente.

**Rendimento Médio dos ocupados por gênero segundo anos de estudo para RMS - 1987/89 (\*)**

FAIXA DE ESTUDO	RENDIMENTO		PART. (%) (MUL/HOM)
	MASC.	FEMIN.	
S/ Estudo	108.044	49.159	45,5
De 1 a 4 anos	120.861	50.765	42,0
+ de 4 a 6 anos	163.209	72.090	44,2
+ de 6 a 11 anos	344.624	158.171	45,9
+ de 11 a 15 anos	609.433	433.687	53,9
+ de 15 a 18 anos	1.320.222	693.683	52,5

FONTE: FED-RMS. Setrab/Sesab/Dieesa/Sine/Ufba.  
Cálculos nossos.

(\*) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-DE1.

Com o fim de avaliar se as diferenças detectadas são representativas para todo o universo dos ocupados no mercado de trabalho da RMS e não atribuídas ao acaso, far-se-á uso da referida técnica intitulada Análise de Variância, a qual procura comparar as médias dos grupos feminino e masculino por faixa de escolaridade com a média geral. A estatística F para os efeitos do gênero sobre os rendimentos registra um valor de 5061,41 enquanto que o F para os efeitos dos anos de estudo sobre os rendimentos ficou em 4396,28. Os efeitos interativos dos dois fatores mostram um F de 262,57 (ver tabela abaixo). Assim, pode-se afirmar que as médias de rendimentos de homens e mulheres segundo os anos de estudo são estatisticamente diferentes, o que confirma as evidências iniciais sobre a discriminação sexual na Região Metropolitana de Salvador.



## ANOVA - Rendimento (depend.), estudo, gênero

8

Fonte de Variação	Soma dos Quadr.	G.L.	Media Quadr.	F	Sign. de F
Efeitos Princ.	1.86488E+19	6	3.1075E+14	4070.01	.0000
ESTUDO	1.6783E+19	5	3.3567E+14	4394.28	.0000
GÊNERO	2.3374E+14	1	2.3375E+14	3061.41	.0000
Interações	1.3841E+14	5	2.7683E+13	362.57	.0000
ESTUDO GÊNERO	1.3841E+14	5	2.7683E+13	362.57	.0000
Explicado	2.0029E+19	11	1.8208E+14	2384.81	.0000
Residual	4.4628E+15	58450	.7635E+11		
Total	6.4657E+19	58461	.1106E+12		

FORTE: PED-RMS. Setrab/Seade/Diases/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Assim sendo, algumas argumentações podem ser aventadas para explicação da má remuneração feminina no mercado de trabalho da RMS. Como visto no capítulo II item 5.2.1), o grupo ocupacional 10 (serviços domésticos s/ carteira assinada) que agrega o maior contingente de ocupados (13,4%) da RMS é composto fundamentalmente por mulheres (93,2%). No segundo grupo ocupacional mais representativo da região - Semiquualificados Autônomos (9) - que representa 11% dos ocupados, há um certo equilíbrio: 51,3% de homens e 48,7% de mulheres. Por outro lado, os homens estão em absoluta maioria nos grupos 3 e 4 (profissionais de nível superior e qualificados da produção).

A tabela a seguir revela que os grupos ocupacionais onde se encontram mais frequentemente o gênero feminino (acima referidos) apresentam rendimentos médios relativamente menores que os outros. Também nos demais grupos ocupacionais verifica-se diferenças relevantes entre os rendimentos de homens e mulheres.

Rendimento Médio dos ocupados por gênero segundo  
o grupo ocupacional para RMS - 1987/89 (1)

GRUPO OCUPACIONAL	RENDIMENTO		PART. (%) (MUL/MOM)
	MASC.	FEMIN.	
<b>Empresariais</b>			
1) Empresarias	741.946	451.596	60,8
2) Gerência e Dir. sup.	755.684	250.931	33,1
<b>Execução</b>			
3) Prof. nível superior	1.013.012	593.008	58,5
4) Qualif. de Produção	288.750	193.982	67,9
5) Outras Qualificadas	407.346	192.069	47,2
6) Semiquel. Produção	204.262	138.375	67,7
7) Semiquel. Manuten.	234.744	140.312	59,8
8) Semiquel. Vendas	186.966	120.251	64,3
9) Semiquel. Autônomo	116.055	77.581	66,7
10) Não Qualificadas	70.247	60.107	85,8
<b>Apoio</b>			
11) Serviços Utilid (2)	254.465	206.457	81,1
12) Estruturais	249.176	181.739	72,9
13) Serviços Gerais I	121.408	89.188	73,5
14) Serviços Gerais II	112.465	88.063	78,2
15) Serviços Domést I	93.397	70.149	75,1
16) Serviços Domést II	56.192	35.295	62,8
17) Mal Definidos	164.601	105.012	63,8

FONTE: PED/RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba.

Cálculos nossos.

(1) Valores constantes de fev/90, atualizados  
pelo IPC-CEI.

(2) Limita-se apenas aos serviços de utilidade pública.

A análise de variância mostra que são significativamente diferentes  
os rendimentos segundo o gênero se analisado por grupos  
ocupacionais.

## ANOVA - Rendimento (depend.), gênero, grupo ocupacional

Fonte de Variação	Soma dos Quadr.	G.L.	Média Quadr.	F	Sign. de F
Efeitos Princ.	1.6619E+15	6	9.3916E+13	1238,44	.0000
GENERO	9.1778E+13	5	9.1778E+13	1167,60	.0000
GRUPO	1.4974E+13	1	9.3390E+13	1190,69	.0000
Interações	1.4305E+14	5	8.9410E+12	113,75	.0000
GENERO GRUPO	1.4305E+14	5	8.9410E+12	113,75	.0000
Explicado	1.8246E+15	11	9.5291E+14	703,44	.0000
Residual	4.6287E+15	56883	7.9660E+10		
Total	6.4534E+15	58996	1.0954E+11		

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Outro fato importante é que dos empregados que têm carteira de trabalho assinada, os homens representam 65,3%, enquanto as mulheres apenas 34,7%. De rendimentos médios dos empregados sem carteira de trabalho assinada representa, em média, 56% daqueles com carteira.

Rendimento Médio dos ocupados por gênero segundo a carteira assinada para RMS - 1987/89 (\*)

CART. ASSIN.	REND. MEDIO		PART. (%) (MUL/HOM)
	MASC.	FEMIN.	
SEM	266.564	155.922	58,3
COM	174.453	84.023	48,2

F = 707,72

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

(\*) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CET.

Adicionalmente, as mulheres ocupam mais frequentemente setores de atividade econômica que tradicionalmente pagam salários menores, notadamente o pequeno e médio comércio e a prestação de serviços doméstico e pessoais e outros serviços não especializados. Esse

fato já foi amplamente consubstanciada em trabalhos empíricos realizados nos países desenvolvidos<sup>7</sup>. A tabela abaixo mostra que as mulheres estão alocadas preferencialmente nos seguintes segmentos: 7) Serviços Domésticos e Pessoais (40,3%); 6) Serviços Adm. Públicos (23,8%); 5) Pequeno e médio comércio e serviços não especializados (20,1%), enquanto que no segmento 2) Indústria de Transformação e Serviços Especializados, elas representam apenas 6,6%. Os testes realizados indicam que existe de fato uma correlação entre os segmentos econômicos e o gênero na RMS.

Distribuição dos ocupados por segmento eco. segundo o gênero na RMS - 1987/89  
(percentuais de linha e coluna)

SEGMENTO	Total	Homens	Mulheres
1) AGRICULTURA	2,1	78,7	21,3
2) IND. TRANSF. S. EEP	10,2	2,8	1,0
3) ATIV. IND. TRA. COM.	11,9	73,1	26,9
4) CONST. CIVIL	3,8	12,7	6,6
5) COMER. E SERV. NAQ	22,5	75,1	24,9
6) SERV. ADM. PUBL. E	16,3	15,3	7,2
7) SERV. DOMES. PESS	26,2	95,8	4,2
		14,5	1,0
		62,7	37,1
		24,2	20,1
		45,9	54,1
		14,4	23,8
		35,9	64,1
		16,1	40,3

FONTE: PED-RMS. Setrab/Geade/Dieese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Testes

Significância

Drammer's V	0,38027	0,00000
Contingency Coefficient	0,35544	0,00000

<sup>7</sup> LAGO, ALMEIDA & LIMA (1983), p. 87. Também um estudo sobre a força de trabalho feminina pode ser visto em JELIN (1980), p. 167-183.

A tabela abaixo mostra o rendimento médio dos ocupados na RME por gênero segundo os grupos ocupacionais. Os segmentos 7) Serviços domésticos, pessoais, etc. e 1) Agricultura apresentam maior disparidade de rendimentos entre homens e mulheres. O segmento 2) Indústria de Transformação e Serviços Especializados que apresenta maior rendimento médio para os dois gêneros, exibe uma participação (mulheres/homens) de 57,5%, sendo o quarto maior entre os 7 segmentos analisados<sup>8</sup>.

Apenas no segmento 4) Construção Civil, as mulheres exibem um rendimento médio superior aos homens. Isso deve-se ao fato ter algumas explicações. Das mulheres alocadas neste setor, 56% tem escolaridade acima de 6 anos de estudo contra apenas 30% dos homens. As ocupações que as mulheres estão mais frequentemente são aquelas relacionadas aos serviços de escritório e atendimento enquanto que os homens estão mais frequentemente na atividade de produção direta, a qual, como se sabe, exige baixa qualificação. Enquanto que 46% das mulheres estão alocadas em ocupações tipo secretárias, assistentes administrativos, datilografas, aux. contabilidade, caixa, recepcionista, almoxarifado, etc), 40% dos homens ocupam funções de pedreiro, pintor, carpinteiro e nada menos que 15,4% são trabalhadores braçais sem especificação.

Salienta-se, entretanto, que esse fato não afeta o resultado obtido quanto à desvantagem dos rendimentos femininos entre os segmentos econômicos vis-à-vis o dos homens, haja vista que do total de ocupados no segmento 4: 95,5% são homens e apenas 4,5% são mulheres. Por outro lado, do total de mulheres ocupadas apenas 1% estão neste segmento contra 14,3% dos homens (ver tabela acima).

---

<sup>8</sup> FERREIRA (1989), usando dados da PED para 1987, revela que na indústria de transformação da Grande São Paulo, as mulheres receberam, em média, 50,4% dos rendimentos dos homens (p. 157). Cabe ressaltar que a agregação utilizada pela autora é aquela original da PED, portanto difere um pouco da segmentação aqui utilizada.

Rendimento Médio dos ocupados por gênero segundo o segmento econômico para RMS - 1987/89 (1)

GRUPO OCUPACIONAL	RENDIMENTO		PART. (%) (MUL/HOM)
	MASC.	FEMIN.	
1) AGRICULTURA	143.775	63.347	44.0
2) IND. TRANSF. S. ESP.	408.631	235.144	57.5
3) ATIV. IND. TRA. ECOM.	216.145	131.800	61.0
4) CONST. CIVIL	158.731	203.369	128.1
5) COMER. E SERV. NAQ.	179.239	96.046	53.6
6) SERV. ADM. PUBL. E	338.253	310.925	62.4
7) SERV. DOMEST. PESS.	148.802	49.711	33.4

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Diasese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CPI.

A tabela ANOVA mostra que os rendimentos dos ocupados na RMS por gênero segundo o segmento econômico diferem-se significativamente.

ANOVA - Rendimento (depend.), gênero, segmento econômico

Fonte de Variação	Soma dos Quadr.	G.L.	Medida Quadr.	F	Sign. de F
Efeitos Princ.	5.9334E+14	7	8.4763E+13	351.17	.0000
GENERO	1.3331E+14	1	1.3331E+14	1338.67	.0000
SEGMENTO	4.0917E+14	6	6.8028E+13	685.13	.0000
Interações	1.4786E+13	6	2.4643E+12	24.75	.0000
SEGMENTO GENERO	1.4786E+13	6	2.4643E+12	24.75	.0000
Explicado	6.0613E+14	13	4.6779E+14	467.75	.0000
Residual	5.8701E+15	59027	9.9523E+10		
Total	6.4663E+15	59040	1.0986E+11		

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Diasese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Desse modo, aceita-se a hipótese de que há discriminação sexual na obtenção de rendimentos na RMS e que esta deve-se não a diferenças de escolaridade entre os grupos (masculino e feminino) e sim às formas de inserção ocupacional da mão-de-obra feminina, seja no que

tange às características dos grupos ocupacionais, seja no que diz respeito aos segmentos da atividade econômica onde essa mão-de-obra está mais frequentemente inserida. As análises de variância mostram que os efeitos interativos são maiores para a combinação entre gênero e grupo ocupacional ( $F = 113.75$ ) do que para gênero e segmento econômico ( $F = 24.75$ ), revelando que a diferenciação de rendimentos devese mais às ocupações, e menos aos segmentos econômicos.

Constata-se, portanto, que a discriminação por gênero ocorre sobretudo devido às fortes restrições às mulheres para ocupar as melhores posições na estrutura ocupacional da RMS, as quais oferecem melhores remunerações. Esse resultado vai na direção oposta das conclusões obtidas por GINDLING (1990), as quais alegam que as diferenças de capital humano (principalmente nível de instrução) entre homens e mulheres são em boa medida responsáveis pelas diferenças de rendimentos.

Por outro lado, as conclusões deste estudo colidem com as argumentações de LAGO, ALMEIDA & LIMA<sup>9</sup> quando afirmam que as diferenças de rendimentos entre os gêneros estão muito mais relacionadas às ocupações e menos à escolaridade. Tudo leva a crer que a discriminação contra as mulheres toma a forma de segregação de ocupações mais do que pagamento desigual. Assim, "as mulheres estariam sendo penalizadas não por serem insuficientemente pagas, mas por serem insuficientemente utilizadas"<sup>10</sup>. Também TERRELL<sup>11</sup> conclui que boa parte das disparidades existentes entre homens e mulheres deve-se à segregação ocupacional. BUCHELI<sup>12</sup>, ratificando essa ideia, observa que nos setores onde é baixo o percentual de mulheres, pode existir uma segregação tal que os empregadores

<sup>9</sup> LAGO, ALMEIDA & LIMA (1983), p. 67

<sup>10</sup> OCDE, *Equal Opportunities for Women*, p. 29.

<sup>11</sup> TERRELL (1993), estudo as diferenças salariais entre homens e mulheres para os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

<sup>12</sup> BUCHELI (1990), p. 334.

contratam pessoas do sexo feminino quando estas apresentarem qualidades muito acima da média.

Nesse contexto, cabe uma observação pertinente contida no trabalho de ODDER<sup>13</sup>: "...as negociações coletivas têm a vantagem de permitir significativos progressos em uma ampla frente e podem ajudar a reduzir os diferenciais de rendimentos entre grupos de trabalhadores, atenuando os efeitos nocivos da segregação ocupacional". Desta sorte, o engajamento da mulher nos movimentos sociais e particularmente no movimento sindical, tem um papel fundamental no vencimento das barreiras que até hoje lhe são impostas.

### 1.3) Cor x Rendimentos

O tema da discriminação racial na RMS tem sido a preocupação constante de alguns estudiosos que vêm trabalhando com os dados de PED<sup>14</sup>. Esses trabalhos detectam variadas evidências de desigualdades raciais na região, seja no que diz respeito ao preenchimento das ocupações melhores posicionadas na hierarquia ocupacional da RMS como alocação setorial desse grupo étnico. BARRETO<sup>15</sup> constata, por exemplo, que "Sumariamente pode-se afirmar que os brancos estão em maior proporção naquelas grupos ocupacionais que implicam na produção do conhecimento, na Execução e controle de tarefas técnicas com elevada complexidade (...). Já os pretos e pardos estão em maior proporção ligados a ocupações que requerem menor qualificação e esforço físico".

CASTRO<sup>16</sup> apresenta um quadro onde exhibe a distribuição das ocupações por grupos de prestígio ocupacional e cor. A análise dos números ali contidos permite constatar que entre os brancos, tem importância

<sup>13</sup> Idem, p.29.

<sup>14</sup> BARRETO (1992), CASTRO & BARRETO (1992), GAIROS (1992).

<sup>15</sup> BARRETO (1992), p. 17.

<sup>16</sup> CASTRO (1993), p. 30.



relativa as ocupações de alto prestígio. Por outro lado, nas ocupações de baixo prestígio, os não brancos estão alocados mais frequentemente.

Este item de trabalho analisara a existência de discriminação no que diz respeito aos rendimentos auferidos pelos dois grupos étnicos assim definidos: 1 - Brancos/Amarelos e 2 - Pretos/Pardos no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador.

A análise da tabela abaixo requer certo cuidado já que o peso do grupo 2 na população ocupada é de 63,8% enquanto que o peso do grupo 1 é de apenas 16,2%. As faixas de rendimentos inferiores, que sejam: "Até 1/2 SM", "+ de 1/2 a 1 SM", "+ de 1 a 2 SM" e "+ de 2 a 3 SM" apresentam proporções de pretos/pardos de 90,4%, 91,6%, 90,1% e 87,6%, respectivamente - valores significativamente superiores ao seu peso na amostra. Já os brancos/amarelos nessas mesmas faixas de rendimentos apresentam proporções inferiores à sua participação na amostra (9,6%, 8,4%, 9,9% e 12,4% - respectivamente). Contrariamente, das faixas de rendimentos de "+ de 5 a 10 SM" em diante a proporção dos pretos/pardos é inferior à sua participação na amostra. Já os brancos/amarelos exibem na faixa de "+ de 5 a 10 SM" participação de 29,1 bem superior ao seu peso na amostra (16,2%). Esse indicador é bem expressivo pois coincide com a faixa de renda de maior frequência dentre todos os brancos/amarelos ocupados na RME. Já dentre os pretos/pardos a faixa de maior frequência é a de "+ de 1 a 2 SM" (26,5%).

Distribuição dos ocupados rendimentos do trabalho segundo a cor na RMS - 1987/89  
(percentuais de linha e coluna)

RENDIMENTOS (em sal. mín)	BRANCA/AMAR	PRETA/PARDA
Até 1/2	9,5	90,4
+ de 1/2 a 1	7,0	16,7
+ de 1 a 1 1/2	8,4	91,6
+ de 1 1/2 a 2	4,8	7,8
+ de 2 a 3	9,9	90,1
+ de 3 a 4	14,8	23,5
+ de 4 a 5	12,4	87,6
+ de 5 a 10	9,9	15,7
+ de 10 a 15	15,7	84,3
+ de 15 a 25	14,9	15,2
+ de 25 a 50	27,5	72,5
+ de 50 a 100	29,1	48,1
+ de 100 a 250	42,2	58,9
+ de 250 a 500	9,1	2,4
+ de 500 a 1000	54,7	45,3
+ de 1000 a 2000	7,0	1,1
+ de 2000 a 5000	61,7	58,1
+ de 5000 a 10000	2,1	0,3

FONTE: PED-RMS. Setrab/Seade/Diases/Sepe/Ufpa. Cálculos nossos.

Testes		Significância
Cramer's V	0.28796	0.0000
Coefficiente de Contingência	0.27672	0.0000

Os testes não-paramétricos realizados evidenciam a presença de uma associação entre a cor e os rendimentos na RMS.

A tabela a seguir apresenta o rendimento médio dos ocupados segundo a cor na RMS para o período analisado. Verifica-se que o rendimento médio dos pretos/pardos equivale a apenas 39% do rendimento médio dos brancos/amarallos, contra 55% encontrado por CHAJA<sup>17</sup> para a Grande São Paulo em 1987.

<sup>17</sup> CHAJA (1989), p. 175. Vale ressaltar que o autor trabalha com os rendimentos obtidos no trabalho principal, enquanto que esse estudo trabalha com todos os rendimentos que o indivíduo possa ter auferido no período analisado, inclusive aqueles provenientes de atividades ocasionais, precárias, etc.

Rendimento Médio dos ocupados  
segundo a cor para RMS - 1987/89 (%)

COR	REND.MEDIO	FREQ
BRANCA/AMAR	374.002	9655
PRETA/PARDA	145.445	46607

F = 731,7

FONTE: PED-RMS, Setrab/Seade/  
Dieese/Sine/Ufpa. Cálculos nossos.  
(%) Valores constantes de fev/94,  
atualizados pelo IPC-CEI.

Também o teste F mostra que o fator cor influencia significativamente a obtenção dos rendimentos na RMS.

A tabela abaixo indica que parte da diferenciação poderia ser atribuída à escolarização. De fato, as faixas de baixa escolaridade exibem uma participação de pretos e pardos bem superiores à sua participação na amostra enquanto que as faixas de maior escolaridade comportam percentuais de brancos/amarelos superiores à sua participação na amostra.

Distribuição dos ocupados por anos de  
estudo segundo a cor na RMS - 1987/89  
(percentuais de linha e coluna)

ESTUDO	BRANCA/ AMARELA	PRETA/ PARDA
	7,9	92,1
BEM ESTUDO	4,8	10,8
	8,8	91,2
DE 1 A 4 ANOS	17,9	38,9
	11,9	88,1
+ 4 A 8 ANOS	19,9	28,5
	23,7	76,3
+ 8 A 11 ANOS	33,4	20,8
	51,8	48,2
+ 11 A 15 ANOS	18,8	3,4
	63,7	54,3
+ 15 A 18	5,3	,5
TOTAL (coluna)	16,2	83,8

FONTE: PED-RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/  
Ufpa. Cálculos nossos.

Testes		Significância
Cramer's V	0.33134	0.0000
Contingency Coefficient	0.31452	0.0000

Os testes confirmam a existência de diferenciação de escolaridade para os dois grupos étnicos.

Contudo, se for analisado os rendimentos de brancos e não brancos nas mesmas faixas de escolarização fica caracterizado a discriminação racial na região. A tabela a seguir mostra a distribuição do rendimento médio dos ocupados por cor segundo os anos de estudo para a Região Metropolitana de Salvador. A análise desses dados mostra que na faixa "e/ estudo" e sobretudo nas faixas de elevada escolarização a diferença entre os rendimentos dos brancos/amarelos e pretos/pardos diferem pouco. Já nas faixas intermediárias (séries do 1o e 2o graus), onde estão concentrados um maior número de indivíduos, a distinção de rendimentos conforme a cor é francamente desfavorável aos pretos/pardos, correspondendo, em média, 62,7% do rendimento dos brancos/amarelos.

**Rendimento Médio dos ocupados por cor segundo anos de estudo para RMS - 1987/89 (%)**

FAIXA DE ESTUDO (EM ANOS)	BRAN/AMAR		PRET/PARDOS		PART. (%) (b)/(a)
	N	Rend(a)	N	Rend(b)	
B/ Estudo	446	87.563	5259	77.473	88,5
De 1 a 4	1679	140.134	17555	87.847	62,7
+ de 4 a 8	1688	193.735	13739	118.976	61,4
+ de 8 a 11	3286	351.248	10260	225.205	64,1
+ de 11 a 15	1845	680.054	1693	543.787	80,0
+ de 15 a 18	514	1.102.734	271	1.039.829	94,0

FONTES: PED-RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/UFBA, Cálculos nossos.  
(\*) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-DEI.

Esse fato vai de encontro as conclusões do trabalho de CASTRO & BARRETO (1992) quando colocam que a sobre-escolarização dos pretos e pardos é um mecanismo de contorno da discriminação racial na RMS.

A tabela abaixo parece mostrar outra evidência desse fenômeno. Na medida que se caminha para as faixas de rendimentos mais elevadas a diferença de escolaridade média entre os ocupados dos dois grupos étnicos são menores.

Escolaridade Média (em anos de estudo) por cor e classes de rendimentos na RMS - 1987/89

RENDIMENTO/COR	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO		Pr/Br (%)
	Branca/Amar	Preto/Pardo	
Até 1/2 SM	5.79	3.74	64.6
+ de 1/2 a 1 SM	4.55	3.70	81.7
+ de 1 a 2 SM	6.31	4.83	76.5
+ de 2 a 3 SM	7.47	5.83	74.0
+ de 3 a 10 SM	8.54	6.36	74.7
+ de 10 a 20 SM	10.42	8.08	77.5
+ de 20 a 50 SM	12.56	10.46	83.4
+ de 50 SM	13.58	11.88	87.3

FONTE: FED-RMS, Setrab/Seade/Dimase/Sina/Ufba. Cálculos nossos.

Também os pretos/pardos estão alocados mais frequentemente em segmentos da atividade econômica mais atrasados que tradicionalmente pagem menores salários. A tabela abaixo mostra, por exemplo, que nos segmentos 1) Agricultura; 2) Construção civil; 7) Serviços Domésticos e Pessoais estão mais frequentemente os pretos/pardos. Por outro lado, verifica-se que de todos os pretos/pardos ocupados 9% estão no segmento 2 - que exibem maiores níveis de rendimentos - percentual inferior à participação do segmento na amostra. Já na Construção civil, o percentual de pretos/pardos chega a 9,5% contra 6,8% para a participação daquele segmento na amostra.

Distribuição dos ocupados por segmento  
eco. segundo a cor na RMS - 1987/89  
(percentuais de linha e coluna)

SEMENTO	Total	Br/Am	Fr/Par
1) AGRICULTURA	2,1	9,8	90,5
		1,2	2,2
		25,9	74,1
2) IND. TRANSF. E ESP	10,2	16,3	9,0
		14,9	55,1
3) ATIV. IND. TRA. E COM	11,9	11,0	12,1
		10,2	84,6
4) CONST. CIVIL	6,8	5,6	9,3
		16,6	83,4
5) COMER. E SERV. NAQ	22,5	20,1	22,4
		23,3	76,7
6) SERV. ADM. PUBL. E	19,2	26,4	16,6
		10,1	89,2
7) SERV. DOMES. PESS	26,2	16,8	28,1

FONTES: PED-RMS. Setrab/Seade/Dieese/Sine/Uniba.  
Cálculos: opeade.

Outro elemento que contribui para a explicação dos baixos rendimentos desse grupo étnico são aqueles relativos ao nível de formalização do emprego. O trabalho de FAGUNDES<sup>18</sup> exibe a distribuição dos ocupados por natureza da ocupação produtiva segundo a cor e as taxas de formalidade. Os números mostram que os brancos/amarelos possuem mais alto nível de formalização no emprego (71,4%) contra 53% dos pretos e 61,7% dos pardos.

Assim sendo, como já havia sido constatado anteriormente, o fator cor é fundamental na obtenção de rendimentos na RMS. Isso é fruto do processo histórico baseado nas relações de exploração do trabalho que sempre subjugou o negro, relegando-o à marginalização. CHAIA<sup>19</sup> observa que "ao estigma de ex-escravo e de trabalhador braçal, e por isso sem mérito conforme a concepção reinante durante a colonização portuguesa, o negro tem agora reforçados a sua imagem de trabalhador

18 FAGUNDES (1992), p. 75.

19 CHAIA (1989), p. 165.

valores 'desqualificados', 'incompetência', 'marginalidade', etc. O trabalho assalariado, ao invés de permitir a mobilidade profissional e social, torna-se um mecanismo de restrição ao espaço do negro na sociedade<sup>20</sup>. O negro parece que sofre também da chamada discriminação estatística a qual se referiu TERRELL, isto é, tudo mais constante, não existe razões objetivas para que o empregador contrate mais o branco/amarelo que o preto/pardo e não ser o estigma existente numa sociedade ainda discriminatória e preconceituosa<sup>21</sup>.

#### 1.4) Idade x Rendimentos

A distribuição dos rendimentos segundo a idade para a RMS revela que 74,8% dos indivíduos da faixa de 10 a 14 anos recebem até 1/2 salário mínimo enquanto que 91,2% recebem até 1 salário mínimo. Tal fato deve-se fundamentalmente à alta de informalidade registrada para esse segmento etário<sup>22</sup>. Por outro lado, as faixas de idade cuja frequência é maior nos estratos de renda mais elevados são as de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, respectivamente. Dos que têm entre 30 a 39 anos, 28,3% recebem rendimentos na faixa de 3 a 15 SM enquanto que daqueles situados na faixa de 40 a 49 anos, 23,4% têm rendimentos entre 3 e 15 SM. Foi visto no item 4.4 do Cap. II que os grupos ocupacionais mais bem situados na estrutura ocupacional da região contém predominantemente indivíduos da faixa etária de 30 a 49 anos. Uma verificação para a faixa de rendimento "+ de 3 a 25 SM" ratifica essa colocação. De todos os indivíduos pertencentes a essa faixa de rendimento, 43,1% têm idade entre 30/39 anos e 23,6% têm idade entre 40/49 anos.

<sup>20</sup> Contribuições específicas sobre o tema, como já foi referido, podem ser encontradas em CASTRO & BARRETO (1992), BARRETO (1992), SAIRROS (1992).

<sup>21</sup> FABUNDES (1992), apurou taxa de informalidade para essa faixa etária na ordem de 84%, calculando também, para a mesma faixa, a taxa de ocupação não registrada que se situou em 95,8% (p.74).

Distribuição dos ocupados por Rendimentos segundo as faixas de idade para a RMS - 1987/89 (percentuais da coluna e linha)

REND. (SM)	FAIXA DE IDADE (em anos)							
	10/14	15/17	18/24	25/29	30/39	40/49	50/59	60 e+
Até 1/2	74,8	44,8	14,8	9,1	8,5	7,3	12,8	14,8
+ de 1/2 e 1	19,3	17,2	22,2	9,8	14,1	8,8	5,7	3,3
+ de 1 e 2	16,4	24,8	10,2	5,7	5,7	6,8	7,8	10,6
+ de 2 e 3	7,5	16,9	27,1	10,8	16,6	11,1	6,3	3,8
+ de 3 e 4	6,6	23,6	34,7	22,7	19,0	19,7	23,0	26,0
+ de 4 e 5	1,1	6,0	34,0	15,9	20,5	12,2	6,9	3,4
+ de 5 e 6	1,4	4,4	16,0	16,1	12,5	13,0	13,0	13,5
+ de 6 e 7	0,4	2,0	28,2	20,3	24,4	14,5	7,0	3,2
+ de 7 e 8	0,3	2,2	13,9	17,8	19,1	17,2	15,0	13,6
+ de 8 e 9	0,1	0,8	20,8	21,1	31,4	16,3	6,8	2,7
+ de 9 e 10	0,4	0,4	9,5	21,5	25,3	23,4	19,0	14,5
+ de 10 e 15	0,1	0,1	12,4	20,4	37,1	19,7	7,7	3,6
+ de 15 e 25	-	0,0	0,3	3,1	5,9	3,6	4,7	3,5
+ de 25 e 35	-	0,0	3,7	15,0	43,1	23,6	9,4	3,2
+ de 35 e 50	-	-	0,2	1,7	3,4	4,0	3,5	2,2
+ de 50 e 60	-	-	2,2	13,5	41,7	27,7	11,7	3,2
+ de 60 e 70	-	-	0,1	0,2	0,7	1,3	1,3	1,4
+ de 70 e 80	-	-	3,0	6,0	30,0	34,5	18,9	7,3

FONTES: PEB/RMS, Setrab/Geade/Diáspora/Sine/Uyba. Cálculos nossos.

Testes		Significância
Cramer's V	0.20147	0.0000
Coefficiente de Contingência	0.47076	0.0000

Os recursos mais poderosos de inferência estatística como Análise de Variância (ANOVA) e Multiple Classification Analysis (MCA) serão utilizados para testar o fenômeno. O quadro abaixo apresenta os resultados dos dois métodos.





escolaridade, existe teoricamente um padrão bem definido entre esta variável (idade) e o salário: à medida que cresce a faixa de idade, o salário tende a crescer, atinge um pico (variável com a educação) para ir declinando com o aumento da idade". Essa colocação está associada à hipótese de que indivíduos, ainda que com o mesmo nível de escolaridade, tem uma curva de produtividade no trabalho que está associada positivamente à sua idade (disposição física, repetição) até certo ponto, caindo a partir daí.

No que tange aos ocupados na RMB, pode-se dizer que essa teorização é parcialmente válida. A tabela abaixo apresenta o rendimento médio real por faixa etária segundo os anos de estudo. Pode-se verificar que na faixa dos indivíduos sem estudo, de fato o comportamento do rendimento médio é semelhante aquele observado por CHAHAD, isto é, cresce com a idade, atinge um pico e começa a cair. Os ocupados nas faixas de escolaridade "1 a 4 anos" e "+ 4 a 5 anos", têm rendimentos médios reais crescentes com a idade até a faixa de 50/59 anos quando começa a declinar. Já as três faixas de escolaridade acima de 5 anos, os rendimentos médios crescem com o aumento da idade, não apresentando indicações de quedas ou pontos de máximo. Como tratarse de faixas de elevada escolaridade, que desempenha funções mais complexas, muito provavelmente com o tempo de serviço ou a experiência no emprego<sup>23</sup>, além de cursos e treinamentos faz com que os ocupados tornem-se especialistas e portanto a sua produtividade não decresce com o envelhecimento físico. Portanto, a teorização acima parece valer mais para os grupos de menor escolaridade, onde o fator força física tem maior importância.

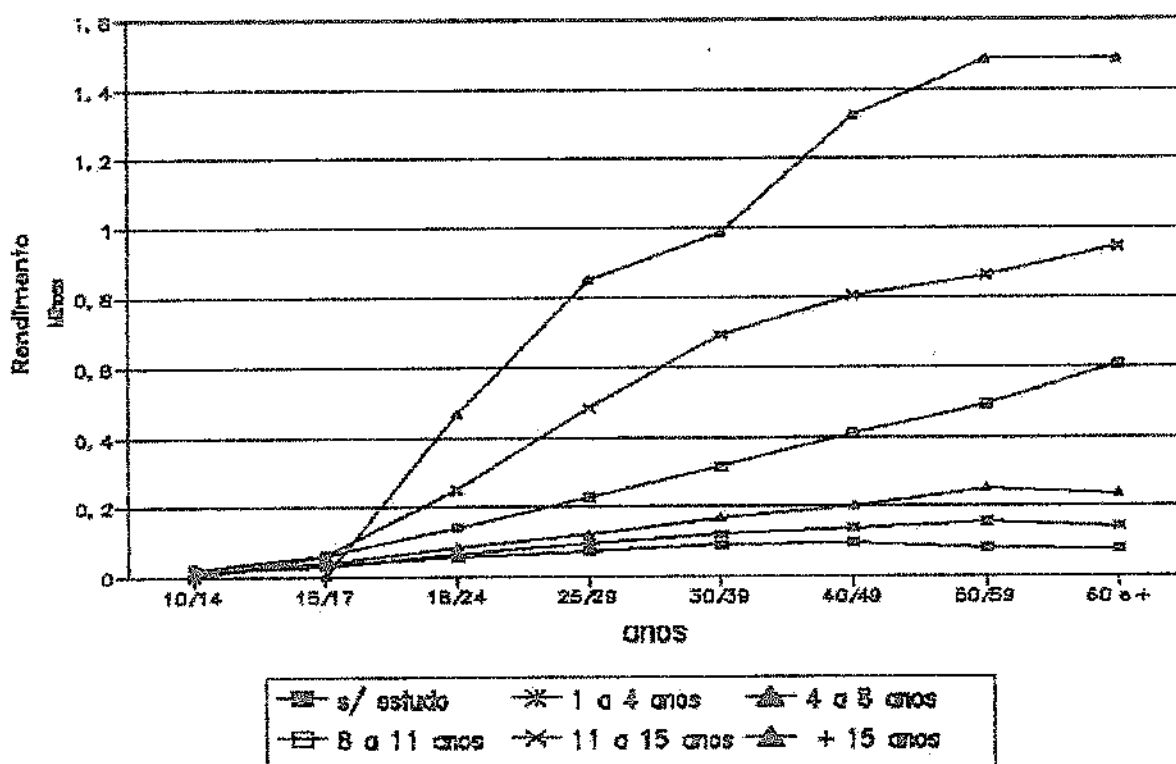
<sup>23</sup> Verifica-se uma associação de ordem de 52% entre idade e tempo de serviço.

Rendimento Médio dos ocupados as faixas etárias segundo a escolaridade na RMS - 1987/89 (1)

FAIXA ETÁRIA	s/estudo	ESTUDO (em anos)				
		1 a 4	4 a 8	+8 a 11	+11 a 15	+ 15
10/14 anos	12.842	14.160	22.907	21.343	-	-
15/17 anos	30.193	27.678	33.781	59.053	56.307	-
18/24 anos	51.520	63.840	92.892	139.201	245.630	466.541
25/29 anos	71.453	91.368	119.569	227.269	486.144	849.659
30/39 anos	88.572	118.564	165.134	313.952	692.328	982.136
40/49 anos	92.288	137.199	199.834	411.486	804.993	1.322.183
50/59 anos	78.357	155.073	250.538	492.606	842.066	1.486.675
60 e mais	74.097	138.216	234.632	608.103	943.964	1.486.652

FONTES: FED/RMS, Setrab/Seade/Diasee/Sine/Ufba. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CEI.

### Rendimento Médio por faixa etária segundo a escolaridade na RMS 87/89



### 1.5) Origem da mão-de-obra x Rendimentos

O fluxo migratório não se justifica apenas no que diz respeito ao seu impacto sobre a ocupação e o desemprego. Permite também conhecer melhor as perspectivas de trabalho e rendimentos dos migrantes dada uma conjuntura econômica adversa e seus efeitos sobre o mercado de trabalho da região de destino. O trabalho de RODRIGUES & FERREIRA<sup>24</sup>, usando os dados da PED, analisa o fluxo migratório na Grande São Paulo assim como as características do migrante para o período março/86 a fev/87.

Os autores observam que os migrantes recentes apresentam uma taxa de participação no mercado de trabalho maior que os demais residentes. Essa maior participação está relacionada com o fato de que a vinda do migrante para a região é fortemente motivada pela necessidade de trabalhar. Contudo, os seus rendimentos médios reais continuam integrando a parcela mais baixa dentro os ocupados. Assim, o aumento do tempo de residência se reflete em aumento dos rendimentos recebidos. AZEVEDO<sup>25</sup>, usando os dados da PED-RMS, observa "...que existem evidências de que a situação do migrante seja a clássica da literatura, com a entrada no mercado de trabalho via o setor informal, para posteriormente o processo adaptativo provocar mudanças de situação ocupacional, mudando o migrante para empregos mais estáveis".

Para analisar a relação entre a origem da mão-de-obra e os rendimentos na Região Metropolitana de Salvador far-se-á uso de duas informações constantes no questionário de pesquisa da PED. São elas: a) Último local de residência; b) Tempo de Serviço na RMS. A primeira informação permite detectar a origem da mão-de-obra, isto é, se ela provém de municípios da RMS, de outros municípios do Estado, de outro Estado e até de outro país. A segunda informação permite avaliar quanto tempo de residência tem o indivíduo na RMS.

24 RODRIGUES & FERREIRA (1989), p. 226.

25 AZEVEDO (1992), p. 13.

A tabela a seguir mostra o rendimento médio dos ocupados segundo o tempo de residência na RMS. Dos indivíduos que migraram, há evidências de que o menor rendimento médio é daqueles que migraram há menos tempo. Assim, a faixa de tempo de residência "Menos de 2 anos" apresenta o menor rendimento médio, possuindo o maior desvio negativo em relação à Média Global. Na medida que aumenta o tempo de residência, o rendimento médio do migrante vai aumentando significativamente.

**Rendimento Médio dos ocupados segundo o tempo de residência na RMS - 1987/89 (1)**

Média Global = 182,128

TEMPO DE RESIDÊNCIA	N	RENDIMENTO	
		MÉDIO	DESVIO
Viveu sempre na RMS	30213	162,518	-19,609
Mais de 5 anos	22836	213,294	31,166
De 2 a 5 anos	3056	184,338	2,209
Menos de 2 anos	2956	137,210	-44,917
F = 119,7		Eta = 0,08	

FONTES: PED/RMS. Setrab/Seade/Diários/Sine/Urba. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CET.

Isso parece confirmar a ideia de que a entrada no mercado de trabalho para o migrante é geralmente as ocupações que exigem menor escolaridade em segmentos mais atrasados da atividade econômica. A tabela abaixo mostra que dos ocupados que têm menos de 2 anos de RMS 43,6% tem de 1 a 4 anos de estudo, percentual bem superior ao que é encontrado na amostra, 33%. Por outro lado, os migrantes residentes na RMS há mais de 5 anos, exibem percentuais para as diversas faixas de estudos próximas as participações destas na amostra.

Distribuição dos ocupados por faixas de estudo segundo tempo de residência na RMS - 1987/89 ( em %)

ESTUDO (em anos)	Total	TEMPO DE RESIDENCIA NA RMS			
		Viveu sempre na RMS	Mais de 5 anos	De 2 a 5 anos	Menos 2 anos
5/ Estudo	9,8	3,9	14,3	11,3	13,3
De 1 a 4	33,0	30,4	34,7	36,5	43,6
+ 4 a 8	27,1	30,7	23,6	23,4	21,1
+ 8 a 11	23,9	25,8	18,8	20,4	16,5
+ 11 a 15	5,3	3,2	6,8	7,0	4,9
+ 15 a 18	1,3	1,0	1,6	1,4	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FORTE: PED/RMS, Sestrab/Seade/Diasese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Contudo, as diferenças são maiores quando é considerada a origem da mão-de-obra. Fica claro que entre os migrantes aqueles que vieram de outros estados e de outros países sofrem um rendimento médio superior àquele sofrido pelos migrantes de municípios de RMS e também de outros municípios do estado da Bahia.

Rendimento Médio dos ocupados segundo a origem para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 182,128

ORIGEM	N	RENDIMENTO	
		MÉDIO	DESVIO
Munic. RMS	30396	152,410	-19,717
Out Mun Es	22746	173,536	-8,792
Out Estado	5728	306,976	124,867
Out País	171	673,841	491,712
F = 447,5			Eta = 0,15

FORTE: PED/RMS, Sestrab/Seade/Diasese/Sine/Ufba. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-DEI.

Isto deve-se, fundamentalmente, as características pessoais do migrante, particularmente a escolaridade que difere substancialmente a depender de suas origens. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos ocupados na RMS por faixa de estudo segundo a origem.

Distribuição dos ocupados por faixa de estudo segundo a origem na RMS - 1987/89 (em %)

ESTUDO (em anos)	Total	ORIGEM			
		Munic. da RMS	Outro Munic.	Outro Estado	Outro País
S/ Estudo	9,8	5,9	18,3	7,8	2,0
De 1 a 4	53,0	30,4	38,0	27,8	10,6
+ 4 a 8	27,1	30,7	23,2	23,6	12,1
+ 8 a 11	22,9	26,7	17,2	24,3	26,1
+ 11 a 15	5,3	8,3	8,2	11,3	34,7
+ 15 a 18	1,3	1,0	1,1	3,0	14,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED/RMS, Setrab/Seade/Diecex/Sine/Ufpa. Cálculos nossos.

Fica claro que os migrantes de outro estado do país ou mesmo de outro país estão mais freqüentemente nas faixas superiores de escolaridade (percentuais acima de suas respectivas participações na amostra) e menos nas faixas inferiores de estudo.

Outro fator que contribui para a melhor remuneração média dos migrantes de outros estados e países diz respeito aos segmentos econômicos aos quais esses indivíduos se inserem. A tabela abaixo mostra que os migrantes de outros estados e outros países estão mais freqüentemente em segmentos mais desenvolvidos de atividade econômica.

Distribuição dos ocupados por segmento econômico segundo a origem na RMS - 1987/89 (em %)

SEGMENTO (em anos)	Total	ORIGEM			
		Munic. da RMS	Outro Munic.	Outro Estado	Outro País
1) Agricultura	2,1	2,7	1,4	1,4	1,0
2) Ind. Tr. BE	10,2	10,2	9,3	13,2	14,3
3) Out. Tr. CB	11,9	13,1	10,3	15,0	12,3
4) C. Civil	8,8	8,4	9,8	8,7	2,0
5) Com. S N E	22,3	22,0	25,2	25,7	33,8
6) Ser. Adm. Pub	18,3	20,1	16,4	18,2	25,0
7) Ser. Dom. Au	26,2	23,4	30,9	23,0	11,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED/RMS, Setrab/Seade/Diecex/Sine/Ufpa. Cálculos nossos.

As constatações acima reforçam as observações de AZEVEDO<sup>26</sup> quando da análise do fluxo migratório na indústria de transformação da RMG. Ou seja, a maior complexidade tecnológica recente da RMG, com o Polo Petroquímico atraiu mão-de-obra mais qualificada de outros estados e até outros países, enquanto o impulso inicial da industrialização, com o CIA e as obras de instalação do polo atraíram principalmente pessoas no interior do estado.

### 1.6) Conclusões

Como esperado, das variáveis classificadas no Grupo "Características Resecate", consideradas como captadoras das influências da oferta de trabalho, a educação destacou-se como a mais importante para explicação das discrepâncias dos rendimentos na região. Essa importância deve-se a alguns aspectos principais, a saber:

a) Pelo fato da educação fornecer ao indivíduo uma maior capacitação para o trabalho (potencializando suas habilidades), tornando-o mais apto e eficiente no desempenho em suas funções ao trabalho. Assim, a educação está fortemente associada à qualificação:

b) O indivíduo mais escolarizado é mais exigente na procura de emprego, buscando ocupações melhores situadas na estrutura ocupacional da RMG;

c) Também a educação formal é um requisito importante no acesso ao mercado formal de trabalho, o qual tende a remunerar melhor a mão-de-obra;

---

<sup>26</sup> AZEVEDO (1992), p. 13.



d) Constatou-se aqui que o elevado rendimento médio dos mais escolarizados não se deve ao fato deles trabalharem mais. As horas totais trabalhadas não diferem significativamente segundo as faixas de estudo.

As evidências demonstram que o gênero do indivíduo e a segunda variável mais importante dentre as características pessoais de mão-de-obra na determinação dos rendimentos na RMS, é importante notar que as disparidades de rendimentos são francamente desfavoráveis às mulheres e não podem ser atribuídas às diferenças de escolaridade entre os gêneros. Elas estão mais fortemente associadas aos seguintes aspectos a saber:

a) Existe uma espécie de segregação ocupacional, onde as mulheres sofrem restrições para ocupar as melhores posições na estrutura ocupacional da Região, as quais oferecem melhores níveis de rendimentos;

b) Também há evidências de discriminação no interior do grupo ocupacional o que parece revelar uma prática conhecida como *discriminação estatística*, a qual prende-se à ideias preconcebidas sobre o mal desempenho da mulher, sua suposta dispersão e instabilidade no serviço, além das conquistas trabalhistas garantidas em lei como licença maternidade, etc.;

c) Também verificou-se que as mulheres são mais freqüentemente alocadas em segmentos de atividade econômica que tradicionalmente pagam menores salários - segmentos mais atrasados como pequeno e médio comércio e serviços domésticos, pescaria e outros não especializados;

d) Ademais, a elevada oferta de mulheres para o trabalho, advinda da sua emancipação ao longo das últimas décadas aliada à necessidade de aumentar a remuneração média da família, faz com que o empregador possa regatear o preço dessa mão-de-obra.

Surgindo como terceira variável de maior influência sobre os rendimentos dentro o grupo de Características Pessoais, a cor constitui-se importante discriminante no mercado de trabalho, cujas causas são dignas de investigação particular, dadas as especificidades da RMS, a qual contém uma população predominantemente negra. É perceptível, com as informações disponíveis, que os indivíduos de cor preta/parda tem desvantagens significativas na obtenção de rendimentos na RMS. As razões disto tem algumas similitudes com aquelas mencionadas para o gênero, havendo também diferenças relevantes a serem apontadas. Segue, de modo sintético, as principais causas encontradas:

a) Diferentemente daquilo que foi constatado para o gênero, as diferenças de escolaridade entre os dois grupos étnicos são marcantes e significativas. Assim, a baixa escolaridade média dos pretos/pardos parece de fato influenciar a obtenção de rendimentos. Contudo, não se pode atribuir as discrepâncias de rendimento apenas a variável escolaridade. A análise dos rendimentos de brancos e não brancos por faixas de escolarização deixa evidente a discriminação racial na região. Nas faixas intermediárias de escolaridade (1o e 2o graus), onde se encontra um maior contingente de indivíduos ocupados, a distinção de rendimentos conforme a cor é francamente desfavorável aos pretos/pardos.

Nesse caso parece existir também, a semelhança da que acontece para o gênero, uma espécie de segregação ocupacional na RMS segundo a cor, na medida que os pretos/pardos ocupam mais frequentemente as ocupações de base da estrutura ocupacional (ocupações que exigem pouca qualificação, estando associadas a um maior dispêndio de esforço físico e menor capacidade intelectual).

b) Também os baixos níveis de rendimentos estão associados ao baixo grau de "formalização" do emprego existente nesse grupo étnico (pretos/pardos).

c) A semelhança do que acontece com as mulheres, verificou-se que os pretos/pardos são mais frequentemente alocados em segmentos da

atividade econômica que tradicionalmente pagam menores salários - segmentos mais atarefados como agricultura, construção civil, pequeno e médio comércio, serviços domésticos e pessoais e outros serviços não especializados.

d) Por fim, cabe registrar ainda que o negro parece sofrer também da referida discriminação estatística, a qual constitui-se em restrições aos indivíduos dessa raça simplesmente por uma pré-concepção acerca da sua atuação no ambiente de trabalho.

A quarta variável mais importante na determinação dos rendimentos na RMS, dentro aquelas classificadas no grupo de Características Pessoais, foi a idade. A influência desta variável deve ser relativizada, já que a oferta de mão-de-obra jovem ou madura apresenta prós e contras para o demandante, tendo portanto, implicações no rendimento.

Orçoso abito, a mão-de-obra jovem tende a exigir menores rendimentos já que geralmente incorre em baixos custos com dependentes diretos, além da perspectiva de aprender no emprego, ganhando mais experiência. A mão-de-obra madura tende a exigir maiores salários possuindo a vantagem de possuir maior experiência e responsabilidade na execução das tarefas. Contudo, para se depurar mais a análise e evitar conclusões muito genéricas é preciso levar em conta alguns aspectos:

a) O comportamento do rendimento para as "faixas de escolaridade "sem estudo"; "1 a 4 anos" e "4 a 8 anos" segundo a idade é bem semelhante. Nota-se que o rendimento evolui com a idade chega a um "pico" situado na faixa de 50/54 anos e depois sofre leve declínio. Esse desempenho parece estar de acordo com a teoria tradicional que pressupõe uma queda de produtividade a partir do envelhecimento do indivíduo. Já as faixas de escolaridade "8 a 11 anos" e "11 a 15 anos" apresentam um comportamento quase linear para os rendimentos ao longo da idade, não apresentando quedas ou sinais de inflexão. Em se tratando de faixas de alta escolaridade que desempenham funções mais complexas, o aprofundamento no conhecimento das tarefas e

portanto a produtividade não declina com o aumento da idade.

b) Há uma forte associação entre a idade e os grupos ocupacionais (os testes mostram que os efeitos conjuntos de grupo ocupacional e idade são significativos). As faixas de 40/44 e 30/34 anos (de maior rendimento) destacam-se por comportarem um maior contingente de indivíduos situados em posições hierárquicas superiores. Isso indica que neste patamar de idade, os indivíduos chegam a um amadurecimento profissional, ganhando mais confiança e credibilidade, além de assumirem maiores responsabilidades em suas funções.

c) A forte associação entre idade e tempo de serviço detectada para a RMS tende a se refletir positivamente nos rendimentos, já que este expressa a experiência e esta se relaciona diretamente com os rendimentos. No mercado formal, as empresas costumam prevê em seus planos de cargo e salários a chamada ascensão horizontal, onde a mudança para um nível mais alto de rendimento ocorre pela antiguidade ou pelo assim chamado "tempo de casa". Já no mercado informal, a experiência do trabalhador, significa um maior conhecimento do negócio ou do ramo onde desempenha sua atividade, o que levaria, em última instância, a uma maior retirada mensal.

Por último, a variável procedência da mão-de-obra mostra alguma influência sobre os rendimentos, sobretudo para a mão-de-obra advindo de outro país e depois para aquela de outros estados. Esse fato está associado ao recente processo de industrialização da RMS com implantação do CIA e do Polo Petroquímico de Camaçari requerendo trabalhadores qualificados de outros locais fora da RMS. Da variável tempo de residência na RMS não se pode tirar conclusões definitivas. Aparentemente poder-se-ia dizer que os menores rendimentos são daqueles que migraram a menos de 2 anos e que confirmaria a ideia de que a entrada no mercado de trabalho do migrante ocorre geralmente em ocupações que exigem menor escolaridade e em segmentos mais atrasados da atividade econômica.

## 2) Características Funcionais

### 2.1) Grupo Ocupacional e Rendimentos

A tabela apresentada no capítulo II (item 6.3.2.1) mostra claramente que os indivíduos alocados nos grupos ocupacionais situados no topo de hierarquia ocupacional construída para a Região Metropolitana de Salvador, apresentam melhores níveis de rendimentos. Na faixa de rendimento de Mais de 50 salários mínimos, por exemplo, estão 72% dos indivíduos pertencentes ao grande grupo Empresariais (23% Empresários, 16,6% Gerência, Dir e Sup) e do grande grupo Execução destacou-se Profissionais de Nível Superior com 38,4%.

Com o fito de mensurar a influência dos grupos ocupacionais sobre os rendimentos far-se-á uso do método de Análise de Variância (ANOVA) e Multiple Classification Analysis (MCA). A tabela abaixo sumariza os resultados.

Rendimento Médio dos ocupados por grupo ocupacional  
para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 191.430

GRUPO OCUPAC	N	RENDIMENTO MÉDIO	DESVIO
<b>Empresariais</b>	<b>2714</b>	<b>567.662</b>	<b>386.212</b>
1) Empresários	1328	671.496	489.555
2) Gerência e Dir. sup.	1386	468.173	286.232
<b>Execução</b>	<b>25708</b>	<b>218.325</b>	<b>36.876</b>
3) Prof. nível superior	1858	823.355	641.414
4) Qualif. de Produção	2275	272.571	90.430
5) Outros Qualificados	2084	264.482	82.541
6) Semiquai. Produção	2920	183.036	1.095
7) Semiquai. Manuten.	4846	232.347	50.406
8) Semiquai. Vendas	2679	164.454	-17.487
9) Semiquai. Autônomo	6147	98.183	-83.757
10) Não Qualificados	2836	69.039	-112.905
<b>Apoio</b>	<b>30475</b>	<b>116.896</b>	<b>-64.554</b>
11) Serviços Utilid (2)	1440	253.598	71.657
12) Escritórios	6488	208.782	26.841
13) Serviços Gerais I	4233	113.682	-58.259
14) Serviços Gerais II	2868	98.152	-85.789
15) Serviços Domést I	3446	77.553	-104.067
16) Serviços Domést II	8236	36.640	-148.301
17) Não Definidos	4564	149.573	-32.367
F = 1203.40		Sta = 0.50	

FONTE: FPE/RMS, Setrab/Seade/Dieese/Sine/Ufba.

Cálculos nossos.

(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-DEI.

(2) Limitar-se apenas aos serviços de utilidade pública.

Os testes realizados deixam explícito uma forte influência dos grupos ocupacionais sobre os rendimentos médios na RMS. Confirmando o que havia sido detectado anteriormente, nota-se que os dois grupos ocupacionais alocados sob o Grande Grupo "Empresariais" apresentam médias de rendimentos que superam em muito a Média Global de todos os ocupados.

O comportamento desse Grande Grupo parece estar associado ao que preceitua a teoria dual para os mercados segmentados. O Grande Grupo condorta, além de empresários propriamente ditos (donos dos meios de produção que atuam nos diversos segmentos da atividade

econômica), também os gestores do capital (diretores, gerentes, administradores, etc.). No caso dos empresários, a elevada remuneração parece estar associada à sua consolidação no mercado — os empresários registram um tempo de serviço que superam em 24,3% a média do tempo de serviço dos ocupados na RMS<sup>27</sup>, além do fato de serem proprietários dos meios de produção o que teoricamente lhe possibilita maior rendimento<sup>28</sup>, além dos outros atributos que esses indivíduos possam ter, como por exemplo, a escolarização formal<sup>29</sup>.

As outras ocupações contidas no Grande Grupo Empresarial caracterizam-se em mercado específico com uma dinâmica muito particular à semelhança do mercado Primário Independente<sup>30</sup> que suporta cargos técnicos e administrativos, status, porém com instabilidade e rotatividade elevada<sup>31</sup>. A remuneração tende a ser mais elevada, não só pelo nível de qualificação exigida<sup>32</sup> mais também pelo nível de responsabilidade, compromisso e confiança na condução dos negócios. A existência de estruturas hierárquicas nas empresas tendem a estabelecer uma associação direta entre o cargo exercido e rendimento pago. Assim sendo, o cargo mais elevado e de maior poder de decisão tende estar associado a rendimentos mais elevados.

Todavia, é o grupo ocupacional 3) Profissionais de Nível Superior do Grande Grupo Execução que apresenta o maior desvio acima da Média

27 Os empresários registraram uma média de tempo de serviço de 6,33 contra 4,32 verificado para o total de ocupados.

28 O fato de ser proprietário dos meios de produção permite ao extrair maior rendimento. Do contrário ele seria empregado.

29 É bem verdade que a média de escolaridade do grupo 1) é bem superior à média global para o total dos ocupados (9,3 anos contra 6,7 anos). Contudo, a média de escolaridade do grupo 2) é bem superior 10,9. Também verifica-se que o desvio-padrão do grupo 1) foi de 4,37 contra 3,68 do grupo 2), revelando uma maior heterogeneidade de escolaridade nos empresários.

30 REICH, GORDON & EDWARDS (1973).

31 Neste estudo encontrou-se um tempo médio de serviço acima da média global dos ocupados, porém abaixo do grupo 1), 2), 3), 4) e 11), o que de certo modo reforça a aplicabilidade dessa conceitualização para compreensão da dinâmica do mercado de trabalho da RMS.

32 REICH, GORDON & EDWARDS (1973), salienta que para esse mercado a educação formal tem uma maior importância relativa.

Global. Tal fato, além de estar associado ao alto nível de qualificação (educação formal mais elevada - ver tabelas a seguir), deve-se a elevada experiência registrada para esses profissionais. A média do tempo de serviço desse grupo ficou em 8,85 anos (a maior de todas, com desvio de 4,34 anos em relação à média global).

Esse fato parece evidenciar o grande número de profissionais altamente reconhecidos em suas profissões (especialistas) e geralmente com elevado prestígio e inserção social. Uma desagregação do grupo ocupacional permite verificar melhor sua composição interna. Do total de indivíduos do grupo, 15,3% são de arquitetos e engenheiros, 12,1 de bibliotecários e museólogos, 10,5% de advogados, 9,4% de médicos). Com relação à idade, verifica-se que mais da metade (52,4%) estão na faixa de 30 a 45 anos e 17,2% entre 45 e 60 anos. Quanto à posição na ocupação, 66% desses indivíduos são empregados, 6,6% são profissionais autônomos e 3,7% conta-própria. Estão alocados preferencialmente no segmento 1) Serviços Administrativos, Públicos e afins (62,2%); no segmento 2) Indústria de Transformação e Serviços Especializados (21,8%); no segmento 3) Outras indústrias de transformação e Grande Comércio (5,9%) e; no segmento 4) Construção Civil (5,1%). Com relação ao gênero, as percentuais de homens e mulheres não diferem muito das suas participações na amostra (55,6% para homens e 44,4% para mulheres).

No Grande Grupo intitulado de "Apcio" apenas os grupos 11) Serviços de Utilidade Pública e 12) Escritórios apresentam médias de rendimentos superiores à Média Global. Os demais grupos têm médias de rendimentos inferior à Média Global, com destaque para os grupos 13), 16) e 14), respectivamente. Serviços Domésticos I e II, Serviços Gerais II, cujos desvios negativos em relação à Média Global são maiores.

O grupo 12), como pode ser visto na tabela abaixo, possuem uma média de escolaridade de 7,94 anos - bem superior à média global dos ocupados (6,19 anos). Os dados sobre tempo de serviço para esse grupo também revelam uma posição acima da média global do total de ocupados (3,47 contra 4,52 anos). Uma desagregação mostra que ali



estão as seguintes ocupações em ordem de frequência: Aux. Escritório e Aux. Administrativo com 42,5%; Auxiliares Contábeis e Caixa com 20%; Secretarias com 10,5%; Almoxarifes e Estoquistas com 9,4%. Com relação à atividade econômica, 34% desses indivíduos estão no segmento 5) Serviços Administrativos, Públicos e Afins; 28% no segmento 2) Indústria de Transformação e Serviços Especializados; 17,4% no segmento 3) Outras atividades de indústria de transformação e Grande comércio e 12,9% no segmento 4) Pequeno e médio comércio e serviços não especializados. Além disso, registram-se uma elevada participação das mulheres (59,3%) e também o fato de existirem 99,1% de empregados.

As estatísticas apresentadas acima permitem fazer algumas inferências sobre esse grupo ocupacional. Primeiro que é natural que os serviços de escritórios, seja nas empresas privadas ou nos órgãos públicos, pressuponham um mais alto nível de escolarização formal - dada as próprias características da ocupação (trabalhar com documentos, redação e transcrição de textos além de conhecimentos aritméticos essenciais). Portanto, já no recrutamento o nível de escolarização formal tende a ser um fator eliminatório, seja via seleção ou exigência de certificado comprobatório do grau exigido. Entretanto, no geral, a média de tempo de serviço é alta, refletindo, por um lado, a grande participação de funcionários públicos neste grupo. Por outro lado, o elevado percentual de indivíduos no segmento 2) ratifica a posição de que além da escolaridade é de fundamental importância o tempo de serviço para o conjunto dessas ocupações.

Finalmente os grupos 15, 16 e 14 são aqueles de menor rendimento médio e possuem diversas características em comum. Os grupos 14 e 16 são, por definição, trabalhadores sem carteira assinada. Essas ocupações integram o chamado setor informal, atividades marcadas pela precariedade, instabilidade e irregularidade na obtenção dos rendimentos (ver FAGUNDES, 1972). A escolarização média desses grupos é baixa, 4,52 e 3,29 anos, respectivamente. Também o tempo médio no serviço é bem abaixo da média global para o total de ocupados (2,91 e 3,59 respectivamente, contra a média de 4,52 anos). Particularmente o grupo 15) Serviços Domésticos sem carteira

assinada revela a existência de relações de trabalho sem-escravidão, onde o empregado ganha, em troca do seu trabalho, alimentação, abrigo e outras formas de benefícios não pecuniários. Isso parece claro com a comparação com o grupo 15) Serviços domésticos com carteira assinada, cujo rendimento médio supera em 112% o rendimento médio do grupo 16).

**Escolaridade Média (em anos) por o grupo ocupacional  
para RMS - 1987/89**

Média Global = 6,19

GRUPO OCUPACIONAL	N	Escolaridade Média (em anos)	Desvio
<b>Empresariais</b>			
1) Empresários	1320	9,28	3,07
2) Gerência e Dir. sup.	1384	10,97	4,78
<b>Execução</b>			
3) Prof. nível superior	1833	14,39	8,20
4) Qualif. da Produção	2264	6,54	0,36
5) Outros Qualificados	2078	10,92	4,74
6) Semiquai. Produção	2931	5,88	-0,31
7) Semiquai. Manuten.	4838	5,58	-0,30
8) Semiquai. Vendas	2667	7,38	1,16
9) Semiquai. Autônomo	6637	4,35	-1,94
10) Não Qualificados	3730	3,72	-2,47
<b>Apoio</b>			
11) Serviços Utilid (1)	1431	7,84	1,68
12) Escritórios	5583	9,93	3,74
13) Serviços Gerais I	4202	6,20	-0,99
14) Serviços Gerais II	2843	4,52	-1,67
15) Serviços Domést I	3423	3,78	-2,41
16) Serviços Domést II	2096	5,24	-2,95
17) Mal Definidos	4508	5,87	-0,31
F =	2898,27		Eta = 0,63

PONTE: PED/RMS, Setrab/Seade/Diessa/Sine/Ufba. Cálculos nossos.  
(1) Inclui os serviços de utilidade pública.

A tabela acima mostra que as diferenças de escolaridade entre os grupos ocupacionais são significativas estatisticamente.

Já o teste F abaixo realizado capta a interação Grupo Ocupacional e Estudo sobre os rendimentos, indicando um valor para F de 17,09.

sendo assim relevante estatisticamente. Fato importante é revelado na tabela ANOVA para os efeitos conjuntos do tempo de serviço e grupos ocupacionais sobre os rendimentos. A estatística F registrou um valor de 18,66, superior aquele registrado para as interações entre grupo ocupacional e estudo. Isso revela que os efeitos do tempo de serviço e as ocupações sobre os rendimentos é superior ao efeito registrado com as ocupações e a escolaridade.

ANOVA - Rendimento (depend.), grupo ocupacional, estudo

Fonte de Variação	Soma dos Quadr.	G.L.	Media Quadr.	F	Sign. de F
Efeitos Princ.	2.06073E+15	21	9.76535E+13	1327.48	.0000
GRUPO	4.31313E+14	16	2.69572E+13	366.97	.0000
ESTUDO	4.71089E+14	5	9.42198E+13	1282.71	.0000
Interações	1.0783E+14	79	1.31432E+12	17.89	.0000
GRUPO ESTUDO	1.0363E+14	79	1.31432E+12	17.89	.0000
Explicado	2.18459E+15	100	2.18459E+13	293.35	.0000
Residual	4.27625E+15	58217	7.34537E+10		
Total	6.46085E+15	58317	1.10274E+11		

FONTES: RED-RMS, Setrab/Seade/Diasee/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

## ANOVA - Rendimento (depend.), grupo ocupacional, tempo de serviço

Fonte de Variação	Soma dos Quadr.	G.L.	Média Quadr.	F	Sign. de F
Efeitos Princip.	1.7874E+15	22	8.1248E+13	1955.14	.0000
GRUPO	1.3087E+15	15	8.1671E+13	1940.65	.0000
TEMPO SERVIÇO	1.9780E+14	6	3.2964E+13	427.72	.0000
Interações	1.3804E+14	99	1.4383E+12	18.68	.0000
GRUPO TEMPO SERV	1.3809E+14	99	1.4385E+12	18.68	.0000
Explicado	1.9258E+15	118	1.6318E+13	221.92	.0000
Residual	4.5258E+15	58776	7.5499E+10		
Total	6.4514E+15	58995	1.0954E+11		

FORNTE: FED-RMS. Retrab/Seade/Diasese/Sine/UFba. Cálculos nossos.

Uma análise desagregada de alguns grupos ocupacionais ajuda a compreender esse fenômeno. O grupo 4) Qualificados da Produção (envolve ocupações como arteão, ferreiro, laminador, encanador, carpinteiro, etc - ver Tabela a seguir) exibe o terceiro maior rendimento médio na estrutura ocupacional construída. Entretanto, apresenta uma média de escolarização formal de apenas de 6,54 anos (ver tabela anexa) e uma média de tempo de serviço pouco acima da média global para todos os ocupados. Também os grupos 6) Semiquualificados da Produção (que envolve ocupações como serrador, vidreiro, soldador, gráfico, etc. - ver tabela anexa) e 7) Semiquualificados da Manutenção (que envolve ocupações como modelador, jardineiro, caldeireiro, sapateiro, etc. - ver tabela) exibem elevados rendimentos médios com níveis de escolaridade relativamente baixa, de 5,88 anos cada. Por outro lado, mostram médias de tempo de serviço bem superior à média global<sup>22</sup>. Ressalta-se que esses grupos representam 39,3% do Grande Grupo Execução (o que apresenta maior rendimento médio) e 17,0% do total de ocupados na RMS.

<sup>22</sup> A média global foi de 4,3 anos contra 6,9 do grupo 6) e 4,9 do grupo 7).



- (2) Valores constantes de fev/74, atualizados pelo IPC-CEI.  
 (3) Limita-se apenas aos serviços de utilidade pública, inclui oficiais e precebedores de serviço militar.  
 (4) A estatística F apresentada avalia os efeitos interagidos dos fatores grupo ocupacional e carteira assinada.  
 (5) Essa estatística diz respeito aos efeitos conjuntos dos fatores grupo ocupacional e carteira assinada.

Os testes comprovam que existe influência significativa dos efeitos conjuntos dos fatores grupo ocupacional e a carteira de trabalho assinada sobre os rendimentos médios para os empregados da Região Metropolitana de Salvador. Assim, a carteira de trabalho assinada constitui-se também em importante discriminador de rendimentos no mercado de trabalho da RMB.

Esses são indicadores que permitem relativizar a importância da escolarização formal na obtenção de rendimentos. Revelam que além de um certo nível de escolaridade (que pode não ser muito alto) é muito importante a experiência no serviço para a obtenção dos rendimentos, denotando a existência daquilo que a literatura usualmente chama de *learning by doing*<sup>35</sup>. Assim, a escolarização formal poderia ser relativizada, já que "a demanda de empregos no setor moderno é uma demanda de treinamento pela prática (...). A diferença de rendimento seria progressiva e resultante do aprendizado pela prática e das promoções restritas aos empregos do setor moderno. A escolarização deixaria de ser importante na determinação dos rendimentos; estes seriam influenciados pelo tipo de emprego"<sup>36</sup>.

Contudo, não se pode generalizar esses resultados posto que os testes evidenciaram uma forte associação entre grupo ocupacional e educação. Assim sendo, os resultados aqui obtidos para alguns grupos particulares de ocupações com elevados rendimentos, nos quais a educação teve pouca importância, parecem constituir-se em uma exceção a uma regra mais geral de associação estreita entre as duas variáveis.

35 SENNA (1976), p. 173, por exemplo, coloca que o *learning by doing* é uma forma de investimento porque abvia de que programas formais de treinamento de mão-de-obra. No caso desta estudo não foi possível captar se o indivíduo recebeu ou não treinamento específico para desempenhar sua função.

36 NELLO e SOUZA (1976), p.107.

## 2.2 Tempo de Serviço x Rendimentos

A tabela abaixo mostra a distribuição dos ocupados na Região Metropolitana de Salvador por tempo de serviço segundo as faixas de rendimentos. Nota-se que na medida que se caminha para faixas mais elevadas de tempo de serviço maior é a concentração de indivíduos em faixas superiores de rendimentos. Dos indivíduos ocupados que recebem entre 25 a 50 salários mínimos, 28% têm entre 8 a 15 anos de serviço e 21,5% têm acima de 15 anos. Daqueles indivíduos que recebem acima de 50 salários mínimos, 32,4% têm mais de 15 anos de serviço.

Por outro lado, dos indivíduos que recebem até 1/2 salário mínimo, 67,5% têm até 1 ano de serviço. Dos que recebem entre 1/2 e 1 salário mínimo 62,7% têm até 1 ano de serviço no emprego.

Distribuição dos ocupados por tempo de serviço segundo faixas de rendimentos para a RMS - 1987/89 (%) (percentuais de linha e coluna).

Rendimento (Em R.M.)	TEMPO DE SERVIÇO (em anos)						
	Até 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 5	+ 5 a 8	+ 8 a 15	+ 15
Até 1/2	67,5	8,6	5,4	5,7	4,0	4,5	4,0
+ 1/2 a 1	22,1	14,9	12,1	9,5	7,1	6,5	6,0
+ 1 a 2	22,7	8,5	6,1	6,9	4,8	5,4	5,9
+ 2 a 3	12,6	8,1	7,7	6,5	4,5	4,4	6,5
+ 3 a 5	58,0	9,4	6,6	6,7	6,7	6,6	5,4
+ 5 a 8	26,0	24,2	23,8	22,0	19,6	18,0	18,2
+ 8 a 15	49,1	9,5	7,8	10,3	9,3	9,0	6,5
+ 15 a 25	13,4	13,5	13,9	14,4	13,9	11,0	10,2
+ 25 a 35	41,5	9,7	8,1	10,9	10,5	11,7	7,1
+ 35 a 50	13,7	19,3	16,7	18,1	19,0	16,9	14,0
+ 50 a 100	24,7	9,6	7,8	12,3	13,2	19,5	12,4
+ 100 a 150	9,1	18,8	19,6	23,0	27,3	31,2	27,5
+ 150 a 200	18,3	6,0	5,7	10,9	12,7	25,2	18,9
+ 200 a 300	1,4	2,0	2,7	4,1	5,1	6,2	5,4
+ 300 a 500	13,1	6,0	5,3	8,7	16,1	22,0	23,9
+ 500 a 1000	0,6	1,4	1,6	2,0	3,9	3,5	6,1
+ 1000	10,1	9,0	3,9	5,1	11,1	25,2	32,4
+ 1000	0,1	0,6	0,3	0,5	0,7	1,0	0,3

FONTE: PED-RMS, Setrab/Saade/Dieese/Sina/Ufba. Cálculos nossos.

(\*) Não inclui os desempregados por trabalho precário.

#### Testes

Cramer's V	0,15246	0,0000
Coefficiente de Contingência	0,34984	0,0000

Os testes não-paramétricos indicam a existência de associação entre o rendimento médio e o tempo de serviço no emprego na RMS. Contudo, busca-se avaliar a influência do tempo de serviço sobre os rendimentos com o método da Análise de Variância (ANOVA) e Multiple Classification Analysis (MCA). A tabela abaixo resume os resultados.



Rendimento Médio dos ocupados segundo o tempo de  
serviço para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 162.108

TEMPO DE SERVIÇO (em anos)	N	Rendimento Média	Desvio
Até 1	27533	103.658	-76.270
+ de 1 a 2	5434	171.943	-10.288
+ de 2 a 3	4106	175.307	-6.621
+ de 3 a 5	5602	204.167	21.039
+ de 5 a 8	5199	258.694	76.585
+ de 8 a 15	6341	326.460	144.332
+ de 15	4626	360.919	178.790

F = 794.05                      Eta = 0.27

FDNTE: PED-RMS. Setrab/Seade/Dicessa/Sine/Ufpa. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CET.

Observa-se que 47,1% da população ocupada na RMS apresenta pouco tempo de serviço (faixa de até 1 ano), indicando uma possível rotatividade acentuada da mão-de-obra. As outras faixas são distribuídas de forma mais ou menos proporcional. Justamente a faixa de até 1 ano de serviço apresenta a menor média de rendimento. Por outro lado, a faixa de + de 15 anos de serviço exibe a maior média e, por conseguinte, também o maior desvio positivo da Média Global.

Também, esses testes realizados indicam que é estatisticamente significativo a influência do tempo de serviço na determinação dos rendimentos na RMS. Esse resultado ratifica as argumentações anteriores que atribuíam ao tempo de serviço - encarado como proxy da experiência no trabalho - um papel de fundamental importância para a determinação dos rendimentos na RMS.

As informações disponíveis indicam que há uma relação entre os segmentos econômicos e o tempo de serviço do indivíduo. Da tabela abaixo depreende-se que os segmentos 4) Construção civil, 7) Serviços Domésticos e Auxiliares, apresentam frequências de ocupação na faixa de até 1 ano de serviço superiores às suas proporções na amostra, respectivamente 79,8% e 61% contra 47,1%. Por outro lado, o setor público, como esperado, apresenta percentuais de ocupados abaixo daqueles registrados para a amostra nas faixas iniciais de

tempo de serviço e percentuais superiores nas faixas mais elevadas.

Distribuição dos ocupados por tempo de serviço segundo os segmentos econômicos para a RMS - 1987/89 (%)

SEGMENTO	TEMPO DE SERVIÇO (em anos)						
	Até 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 5	+ 5 a 8	+ 8 a 15	+ 15
Agricult.	33,4	8,1	3,9	8,2	7,4	14,5	28,7
Ind Tr, S.E.	43,2	9,3	7,1	9,4	10,4	15,1	5,2
Out In, SO.	50,9	10,8	7,4	8,9	7,7	9,8	4,2
C. Civil	79,6	4,5	3,0	3,8	3,0	2,2	2,7
Com S.N.E.	50,2	9,9	7,8	10,3	7,7	8,8	5,2
Ser Adm, Pub	23,5	7,7	7,2	11,3	15,2	16,7	16,2
Ser Dom, Au	61,0	8,2	5,9	7,3	5,4	2,3	2,0
TOTAL	47,1	9,2	7,0	9,3	8,8	10,8	7,8

FONTE: PED-RMS. Setrab/Seade/Diessa/Sine/Ufba. Cálculos nossos.

Ratifica também a assertiva de que nos segmentos mais dinâmicos e desenvolvidos tecnologicamente como o segmento 2) Indústria de Transformação e os Serviços Especializados a importância do tempo de serviço na determinação dos rendimentos é relativamente maior. Como foi visto, esse segmento registra os maiores rendimentos médios. A tabela acima mostra que o segmento 2) apresenta frequências de ocupados na faixa de "-" de 5 a 8" e "+" de 5 a 15" anos de serviço, superiores às suas proporções na amostra.

Contudo, a variável tempo de serviço, não é um bom indicador para se avaliar a estabilidade e a rotatividade no emprego visto que existem segmentos e atividades econômicas que pelas suas próprias características comportam faixas etárias mais elevadas e apresentam uma menor rotatividade de mão-de-obra".

37 As informações disponíveis indicam que há uma relação entre os segmentos e a idade do indivíduo. O valor da estatística F é de 29,14 registrada para os efeitos interativos de segmento econômico e idade sobre os rendimentos são significativos estatisticamente.

### 2.2.1 Estabilidade no emprego

A tabela abaixo mostra os rendimentos médios dos ocupados na RMS por faixa de índices de estabilidade. A análise dos dados indica que as faixas de "Menos de 0.02", "0.02-0.05" e "0.05-0.10" apresentam rendimentos médios mais baixos com um conseqüente desvio negativo em torno da Média Global. A faixa de "Menos de 0.02", que representa 24,1% do total, ratifica a hipótese de que há uma alta rotatividade na RMS e que esta se verifica sobretudo para os ocupados com rendimentos mais baixos. Contrariamente, as faixas de maior índice de estabilidade com maiores rendimentos, apresenta evidências favoráveis à constatação de que os indivíduos mais estáveis tendem a serem melhor remunerados. Os testes denotam a relevância estatística da estabilidade como influenciadora dos níveis de rendimentos.

Rendimento Médio dos ocupados segundo a estabilidade no serviço para RMS - 1987/89 (1)

Média Global = 191,668

ÍNDICE ESTABILIDADE	N	Rendimento Médio	Desvios
Menos de 0.02	13331	106,498	-85,159
0.02 - 0.05	9723	141,938	-49,730
0.05 - 0.10	9060	165,436	-26,232
0.10 - 0.15	3757	199,277	7,609
0.15 - 0.20	4308	240,986	49,316
0.20 - 0.25	3274	278,306	86,640
0.25 - 0.30	2588	303,157	111,689
0.30 - 0.40	3415	334,929	143,261
0.40 - 0.60	3219	357,692	166,233
0.60 - 1.00	655	217,641	26,172

F = 264,48

Sta = 0,24

FONTE: PED-RMS. Setrab/Seade/Divessa/Sine/Utfpa. Cálculos nossos.  
(1) Valores constantes de fev/94, atualizados pelo IPC-CPI.

Essas constatações são favoráveis as argumentações arroladas pela Teoria Dual que apresenta a segmentação do mercado de trabalho como elemento explicativo da diferenciação de rendimentos (GORDÓN, 1972). O mercado primário geralmente está associado a ocupações de posição hierárquica superior (ocupações técnicas e científicas, qualificados

da produção, etc), as quais devido ao investimento em capital humano tendem a ser mais estáveis. OLIVEIRA<sup>28</sup> observa que os trabalhadores mais estáveis na indústria de transformação de Pernambuco tem as características acima referidas e, por sua vez, essas ocupações são melhor remuneradas.

A tabela em anexo mostra os índices de estabilidade segundo os grupos ocupacionais construídos para a RMS. Analisando-se as classes de índices de estabilidade "- 0,02" (a mais frequente) e a penúltima classe mais alta "0,04-0,06" (que é mais representativa que a última), verifica-se alguns fatos interessantes. O grupo ocupacional 12) Escritório é o que apresenta um maior contingente de indivíduos com índice de estabilidade elevado (10,4%), seguido dos grupos 16) Serviços domésticos sem carteira assinada com 8,9%, grupo 9) Semiquelificados autônomos com 7,5%, 6) Semiquelificados da Produção com 6,9%, grupo 3) Profissionais de nível superior e grupo 5) Outros profissionais qualificados com 7,6% cada. Por outro lado, o grupo ocupacional 16) também é o que apresenta maior contingente de indivíduos com menor índice de estabilidade, 20,4%, seguido pelo grupo 12) com 14,3%.

O fato do grupo 12) Escritório representar maior estabilidade na estrutura ocupacional da RMS, deve-se, em grande medida, aos fatores já mencionados quando da análise do tempo de serviço para esse grupo.

A julgar apenas pelo nível de estabilidade da mão-de-obra<sup>29</sup> as informações acima revelam uma certa mistura de profissionais de características bem distintas com predominância em faixas elevadas de estabilidade. Tal fato poderia sugerir um desacordo com os preceitos básicos da citada referência teórica. Contudo, essas indicações parecem revelar as especificidades da estruturação do mercado de trabalho na RMS. Na verdade, os grupos ocupacionais 16) e

<sup>28</sup> OLIVEIRA (1989) p. 53.

<sup>29</sup> A medida de estabilidade aqui encontrada pode não ser a mais precisa para avaliar as teorias da teoria neoinstitucionalista, mas certamente lança alguma luz sobre o comportamento do mercado de trabalho da RMS.